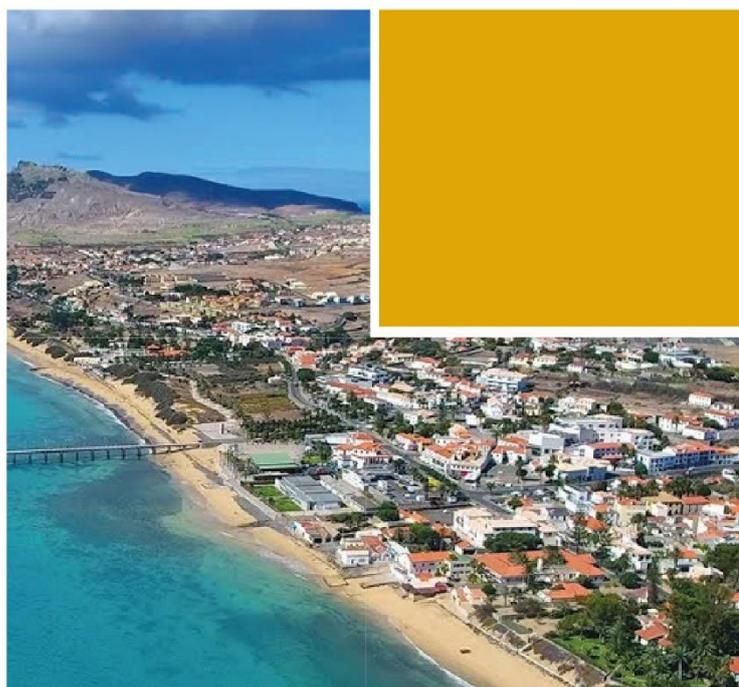


2022

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

DEZEMBRO 2021

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	4
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	5
NOTAS – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. MISSÃO, VISÃO, VALORES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	12
4. PROGRAMA DO XIII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, PROGRAMA DE RESILIÊNCIA E AGENDA 2030	18
4.1. PROGRAMA DO XIII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	18
4.2. MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA.....	19
4.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	20
5. COVID-19 IMPACTOS E INTERVENÇÕES	21
6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / MEDIDAS A DESENVOLVER EM 2022	22
6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	22
6.2. PRINCIPAIS MEDIDAS A IMPLEMENTAR.....	22
6.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES – EMPREENDIMENTOS.....	27
6.3.1. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO.....	27
6.3.2. CAMPO DE GOLFE	28
6.3.3. COMPLEXO DE CAMPOS DE TÊNIS DO PORTO SANTO.....	29
6.3.4. CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO.....	30
6.3.5. CONCESSÕES	32
7. PLANO DE INVESTIMENTOS	32
7.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2022	32
7.2. INVESTIMENTOS PLURIANUAIS.....	37
8. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO	38
8.1. RECEITA	39
8.2. DESPESA	42

9.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA	46
9.1.	PRESSUPOSTOS	46
9.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS.....	53
9.3.	GASTOS OPERACIONAIS	53
9.4.	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS.....	54
10.	SERVIÇO DA DÍVIDA.....	55
11.	PLANO DE FINANCIAMENTO	56
11.1.	AUTO-FINANCIAMENTO.....	57
11.2.	FINANCIAMENTO - PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA	57
11.3.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022.....	57
11.4.	DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL.....	59
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
13.	ANEXOS	61
13.1.	ANEXO I – BALANÇO PREVISIONAL	62
13.2.	ANEXO II– DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	62
13.3.	ANEXO III – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	63
13.4.	ANEXO IV - PLANO DE INVESTIMENTOS.....	63
13.5.	ANEXO V - MAPAS - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO NA ÓTICA DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL 2022	64

FICHA TÉCNICA

Elaborado por:

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Intervenientes:

Conselho de Administração
Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contenciosos
Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos
Unidade de Gestão de Equipamentos e infraestruturas
Unidade de Gestão Financeira
Unidade de Gestão de Recursos Humanos
Coordenadores dos Empreendimentos na SDPS

Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

Fornecimento dos dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira
Opção Divina – contabilista certificado

Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

Aprovado por Deliberação do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2021

Aprovado em Assembleia Geral de 29 de dezembro de 2021

Distribuído:

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC

Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ADSE	Instituto Público de Gestão Participada
AICTPS	Associação da Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo
CCC	Centro Cultural e de Congressos
CGSS	Clube de Golfe do Santo da Serra
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de proteção Individual
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRAE	Inspeção Regional das Atividades Económicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
NCP	Norma de Contabilística Pública
OID	Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo
OMS	Organização Mundial de Saúde
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PG	Palheiro Golfe
PIB	Produto Interno Bruto
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
PSG	Porto Santo Golfe
RAM	Região Autónoma da Madeira
RGC	Relatório Geral de Contas
RGC	Relatório de Gestão e Contas
SDPO	Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
SDPS	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO/	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas
SST	Segurança e saúde no Trabalho

“É em tempos de crise que precisamos de diligência, competência e uma liderança forte e com rumo definido”

Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas

João Pedro Fino

"2022 será um ano desafiante e condicionado pelos impactos da pandemia, mas também pretendemos que seja um ano em que, de forma gradual e responsável, possamos ir recuperando alguma normalidade económica e orçamental"

Secretário Regional das Finanças
Rogério Gouveia

O Conselho de Administração apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022, no qual se enuncia os projetos, as iniciativas e as atividades a executar no decurso do último ano de mandato da sua eleição para o triénio 2020-2022.

O Plano de Atividades e Orçamento, que aqui apresentamos, foi objeto de participação dos colaboradores na sua elaboração. Estamos cientes que podemos contar com o seu empenho para materializar a concretização, o que motiva e reforça a confiança no seu cumprimento.

O Plano de Atividades, enquadrado pela missão, visão e valores da SDPS– Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. reflete a sua natureza enquanto, por um lado entidade pública reclassificada, e por outro, entidade estratégica e de interesse público para o desenvolvimento integrado sócio cultural das populações, envolvendo o concelho do Porto Santo.

Penalizadas algumas atividades pela pandemia que grassa desde 2020, que provocou o fecho de algumas infraestruturas, não foi motivo suficiente para baixarmos os braços, mas o incentivo para diversificarmos a nossa atuação. No decurso de 2022 continuaremos a pautar a nossa ação pela prestação de serviço público, quer nas atividades desempenhadas sob gestão direta, quer no acompanhamento e disponibilização de equipamentos e infraestruturas, com mitigação de riscos de segurança para pessoas e bens, pugnando pela sustentabilidade ambiental e socioeconómica. A manutenção de espírito de equipa entre todos os colaboradores, a postura colaborante e um grande comprometimento com as orientações estratégicas plasmadas neste documento, fazem parte do nosso compromisso, de modo a garantir o cumprimento das atividades previstas.

Sendo um importante instrumento de gestão, o Plano de Atividades é também uma ferramenta de planeamento flexível, e por isso, ajustável a medidas corretivas que se venham a revelar necessárias ao longo do ano e que sejam evidenciadas no âmbito do acompanhamento permanente da execução.

Por fim, o nosso agradecimento ao Acionista, ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral, ao Fiscal Único, ao Contabilista Certificado e a todos os colaboradores pelo empenho com que cada qual apoia e acarinha a SDPS.

Com confiança no futuro e com a expectativa de um trabalho conjunto para alcançar os objetivos traçados, partilhamos responsabilidades e valores, no sentido de alcançar a visão da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Bom Ano 2022!

1. INTRODUÇÃO

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo capital social é detido pela Região Autónoma da Madeira e pelo Município do Porto Santo, com influência dominante da RAM¹. A função de acionista é exercida pelo Secretário Regional das Finanças, sem prejuízo da devida articulação com o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, membro do Governo Regional responsável pelo respetivo setor de atividade².

Na génese da sua constituição, que ocorreu através do Decreto Legislativo Regional n.º 16/1999/M, de 18 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro³, está a prossecução de fins de interesse público, com enfoque no desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Em 2014 a SDPS foi reclassificada, passando a integrar o perímetro de enquadramento orçamental da administração direta regional, estando assim obrigada ao cumprimento de todas as normas e procedimentos no que se refere à execução orçamental, designadamente da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Paralelamente aos objetivos definidos, importa garantir a sustentabilidade económica e financeira da SDPS, concorrendo para o equilíbrio das contas regionais através da redução da despesa e da exponenciação da receita.

Neste sentido, do lado da receita será dada prioridade ao estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* da sociedade, tendo como objetivo promover as infraestruturas e atividades exploradas pela sociedade, bem como a abertura de procedimentos tendentes à exploração do ativo passível de rentabilização.

Do lado da despesa, priorizar-se-á os investimentos e as despesas inerentes à rentabilização, à adaptação e à manutenção das infraestruturas.

Apostar-se-á na implementação de diversas medidas que permitam a racionalização de gastos, nomeadamente através da aposta na eficiência energética, na economia verde e na digitalização.

Assim e no que se refere aos investimentos, o plano inclui, essencialmente, as intervenções de reabilitação nos empreendimentos e nas infraestruturas da SDPS.

¹ Artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho.

² Artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho e Decreto Regulamentar Regional n.º 8 -A/2019/M, de 19 de novembro.

³ Diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SDPS.

No que toca aos resultados líquidos temos em consideração os seguintes fatores:

- Vocação da empresa para a prestação de serviço de interesse público e as orientações de gestão do acionista;
- Encargos financeiros resultantes do serviço da dívida que financiou a construção dos empreendimentos e a aquisição de equipamentos.

O orçamento plasmado neste documento obedece ao estabelecido no Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP) e dá cumprimento aos princípios orçamentais previstos na Lei de Enquadramento Orçamental, bem como ao preconizado na legislação e nos normativos e orientações atinentes à gestão do sector empresarial regional ^{4,5}.

A SDPS é uma empresa que integra o Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelo que no presente Plano de Atividades, Investimento e Orçamento foram tidas também em consideração todas as normas aplicáveis às empresas públicas regionais e à continuação de uma política de contenção orçamental, a qual teve presente os princípios de prudência (os elementos apresentados incluem um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza) e materialidade (são evidenciados todos os elementos considerados relevantes e que possam afetar avaliações ou decisões).

Em 2022, a SDPS prosseguirá uma estratégia, atenta a sua missão e valores, de acordo com o programa do XIII Governo Regional da Madeira e das orientações de gestão emanadas pelos seus acionistas, procurará rentabilizar as infraestruturas, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento no âmbito da *“Sustainable Porto Santo - Smart Fossil Free Island”*, sustentável nas vertentes ambiental, social e económica, contribuindo, ainda para a alavancagem e incremento do Porto Santo como destino seguro.

⁴ A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo é uma entidade pública reclassificada, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas.

⁵ Designadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho.

2. MISSÃO, VISÃO, VALORES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A missão, visão e valores da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., atentas as suas competências e atribuições, são sucintamente:



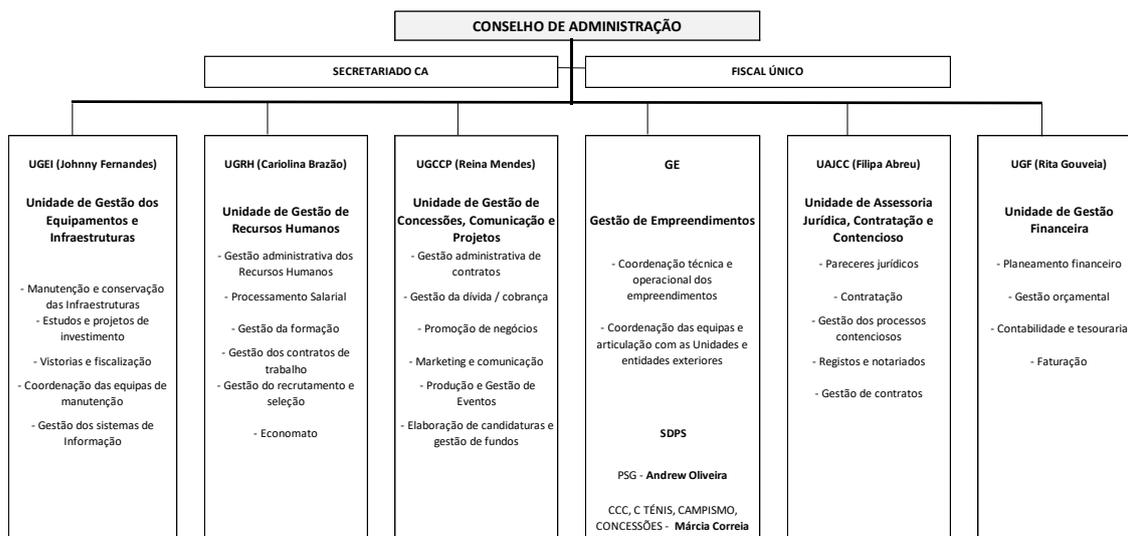
Fonte: SDPS

Serão aproveitados os diversos instrumentos estratégicos, sinergias e programas para a concretização dos objetivos, estratégia de negócio, em parceria com os vários *stakeholders*, públicos e privados, contribuindo para o desenvolvimento sócio económico integrado da ilha do Porto Santo.

A estrutura organizacional da SDPS, que é comum às quatro sociedades de desenvolvimento⁶ apresenta o seguinte organograma:

⁶ Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.;
SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DA SDPS



Sociedades de Desenvolvimento

Avenida Zarco Edifício do Governo Regional 3º andar – 9004-527 Funchal
Tel: 291 215 740/ 291 215 747 Fax: 291 215 758
e-mail: geral@sociedadesdesenvolvimento.com site: www.sociedadesdesenvolvimento.com

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Os diversos instrumentos, estratégias e programas serão desenvolvidos pela SDPS na concretização da estratégia de negócio, de encontro com os fins de interesse público subjacentes à Sociedade, na conjugação de esforços com os parceiros públicos e privados, institucionais e locais, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para a alavancagem do desenvolvimento sócio económico e ambiental da RAM, em especial da ilha do Porto Santo;
- Posicionamento como entidade impulsionadora no incremento económico e na melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Dinamização do Centro Cultural e de Congressos com angariação de novas dinâmicas culturais e sociais, bem como, albergar novos serviços públicos e privados.
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros da comunidade local e com o setor turístico, privilegiando o contacto com a APMadeira (Associação de Promoção da Região Autónoma da Madeira), fomentando a diversificação e a experiencição dos visitantes nomeadamente no Campo de Golfe, no Complexo de Ténis e no Centro Hípico;

- Estudo de viabilidade para a ampliação do campo de golfe
- Alienação dos lotes da 1.ª fase A da zona imobiliária do Aldeamento do Porto Santo Golf;
- Regularização do património e atração de parceiros para a rentabilização e desenvolvimento das infraestruturas.
- As infraestruturas e equipamentos criados⁷ e de apoio quer aos locais, quer aos visitantes deverão ser maximizadas e rentabilizadas, nomeadamente:

CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO



O Porto Santo Golfe, desenhado pelo campeão Severiano Ballesteros, atravessa a ilha desde as dunas até às dramáticas falésias de basalto. O campo tem um percurso de 18 buracos, um circuito curto de “par” 3 desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m² e ainda um “Club House”.

⁷ Não se integrou o Parque de Campismo porque se prevê a reversão para o Governo Regional em 2022.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS



O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo (CCC) é um espaço que promove e divulga a dinamização cultural da ilha. É um espaço que está inteiramente preparado para acolher atividades educativas, artísticas, culturais e corporativas, oferecendo os melhores serviços técnicos.

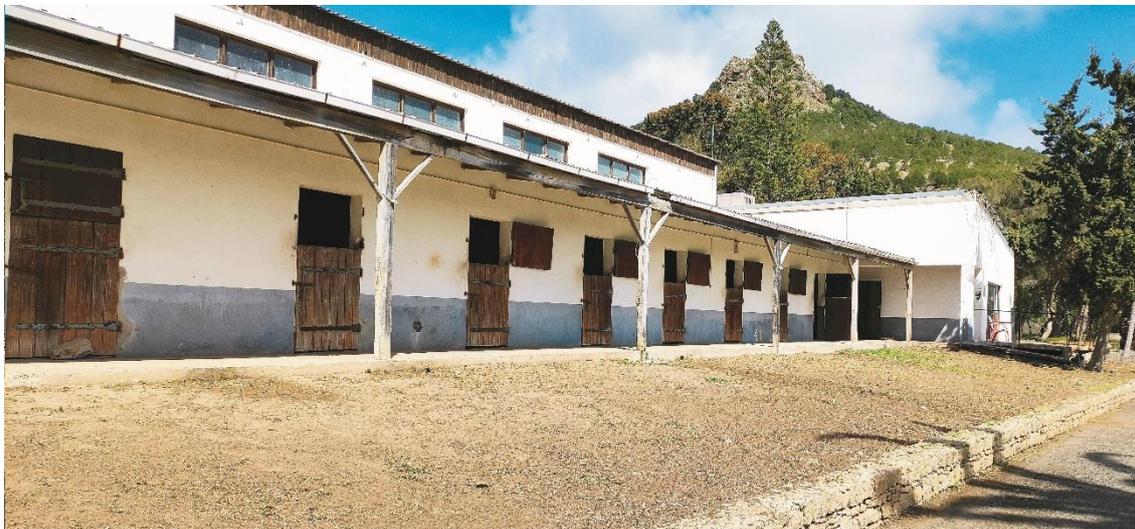
COMPLEXO DE TÊNIS DO PORTO SANTO



O Complexo de Campos de Tênis está dotado de equipamentos e condições para a realização de eventos desportivos e torneios da modalidade, sendo constituído por 1 campo principal e 5

secundários. O Complexo de ténis oferece ainda 2 campos de padel, com excelentes condições para a prática da modalidade.

CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO



O Centro Hípico do Porto Santo é um espaço com capacidade para albergar 15 cavalos em amplas boxes, incluindo picadeiro coberto, pista de galope de 300m de perímetro, um campo de salto, um picadeiro redondo de desbaste e com bancada para 250 espetadores. Em 2021 será desenvolvida a reabilitação do espaço.

EDIFÍCIO DA BAIANA



O edifício da emblemática “A Baiana” foi adquirido no âmbito do projeto para a revitalização do centro histórico de Vila Baleira, estando, atualmente, em curso obras de requalificação do

espaço. Foram encontrados achados arqueológicos, relevantes para a história da ilha do Porto Santo. Os artefactos arqueológicos serão integrados no edifício, ficando patentes ao público após a conclusão das obras.

PENEDO DO SONO



O Penedo do Sono, situado junto ao porto, é uma infraestrutura constituída por nove módulos em banda, cada um com dois pisos, destinado, inicialmente, à oferta turística na área da restauração e animação noturna. O empreendimento deverá ser objeto de um novo procedimento de concurso público.

Acrescem a estas Infraestruturas, outras dotadas de equipamentos com utilidade e interesse público indiscutível, mas sem qualquer retorno financeiro para a SDPS e que se exemplifica:

PRAÇA DO BARQUEIRO



A praça do Barqueiro é o resultado de um projeto de revitalização do centro histórico da cidade, neste espaço existe um anfiteatro ao ar livre. A Câmara Municipal do Porto Santo é responsável pela manutenção, ao abrigo de um protocolo celebrado com a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

PASSEIO DUNAR – PROMENADE



A promenade é um espaço de fruição de acesso livre ao público construído ao longo da linha dunar interior do ex-libris da ilha – a belíssima praia do Porto Santo – e estende-se desde a Alameda Infante D. Henrique à Avenida Goulart Medeiros, numa extensão de aproximadamente 300 metros.

Foi assinado entre a SDPS e a CMPS um Contrato de Cedência da Gestão, Exploração e Manutenção da Praça do Barqueiro, camarins integrantes do antigo Edifício do Mercado, Passeio Dunar e Praça e área circundante dos Edifícios Câmara Municipal e Centro de Congressos.

4. PROGRAMA DO XIII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, PROGRAMA DE RESILIÊNCIA E AGENDA 2030

4.1. PROGRAMA DO XIII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O programa do XIII Governo da Região Autónoma da Madeira destaca os condicionalismos próprios de um território insular e ultraperiférico.

Estão consagradas prioridades com implicações diretas sobre a SDPS, de que se destacam:

- Valorização e rentabilização das infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo;
- Incentivar, em articulação com a casa do povo e outras organizações com intervenção no meio rural, projetos inovadores que visem a revitalização das atividades primárias de matriz agro rural;
- Requalificar as infraestruturas e equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento socioeconómico, cujo desgaste decorrente da sua utilização e antiguidade da respetiva conceção, recomendam intervenções em termos da melhoria das suas condições de segurança e conforto;
- Promover uma arquitetura inclusiva e implementar medidas de autoproteção nos edifícios e equipamentos públicos. Tais intervenções visam:
 - Assegurar a utilização do edificado existente nas melhores condições de segurança e de conforto, de forma a permitir que o mesmo contribua para o bem-estar das populações, para a sua qualidade de vida e para a competitividade da economia regional;
 - Melhorar o desempenho energético do edificado a interencionar, contribuindo-se também, deste modo, para uma maior sustentabilidade económica e ambiental em termos da sua exploração e utilização;
- Promover a definição de um plano de alavancagem das empresas do SERAM integrado num plano mais alargado de reestruturação financeira das empresas públicas reclassificadas (EPR), e de, eventual, reestruturação operacional das empresas públicas regionais não reclassificadas (EPNR), com vista a dotá-las de robustez operacional e financeira de modo que possam desenvolver a sua atividade com a qualidade de serviço e eficiência adequadas;
- Proceder à expansão do sistema de gestão documental e arquivo eletrónico do Governo Regional a todos os Serviços da administração direta do Governo Regional, visando um

aumento de produtividade na gestão de processos; na tramitação e decisão; na procura, reencaminhamento e gestão de documentos; na redução do custo com cópias e das necessidades de espaço de arquivo, o que se refletirá numa resposta de maior qualidade, mais eficaz e célere às solicitações dos cidadãos, empresas e outras entidades;

- A qualificação do destino Madeira é considerada pelo *trade* internacional um destino de qualidade, com infraestruturas e serviços ímpares, altamente elogiados e valorizados, de que resulta uma elevada taxa de fidelização dos seus visitantes.

Assim, destacam-se como principais orientações estratégicas:

- Integrar e potenciar a oferta ao nível dos serviços, de modo a reforçar e enriquecer a oferta turística, resultando na criação de produtos turísticos de interesse e de qualidade para o destino;
- Criar condições para o acompanhamento atempado dos dados referentes ao sector do Turismo, considerando os indicadores da WTO e o posicionamento da Madeira a nível mundial.

4.2. MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O novo mecanismo de recuperação e resiliência prestará apoio financeiro às reformas e aos investimentos realizados pelos Estados-Membros, com o objetivo de atenuar o impacto económico e social da pandemia do Coronavírus e tornar as economias da UE mais sustentáveis, resilientes e mais bem preparadas para os desafios colocados em domínios como a competitividade, a produtividade, a sustentabilidade ambiental, a educação e as competências, a saúde, o emprego e a coesão económica, social e territorial. Assegurará também uma focalização adequada destes investimentos e reformas à luz das transições ecológica e digital, a fim de contribuir para a criação de emprego e o crescimento sustentável e tornar a União mais resiliente.

Em linha com estes objetivos, a SDPS identificou os investimentos necessários para responder aos desafios colocados pela pandemia, conforme descrito no ponto 7.1, os quais contribuirão para reforçar o potencial de crescimento, a resiliência e a coesão da RAM.

Nestas medidas, a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., tentará, através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que apoiará reformas e investimentos a mais longo prazo, nomeadamente em tecnologias ecológicas e digitais, que tenham um impacto duradouro na produtividade e na resiliência da economia e da iniciativa REACT-EU (Recovery Assistance for

Cohesion and the Territories of Europe - Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), que incidirá em investimentos essenciais para as transições ecológica e digital. A SDPS tentará aceder a financiamento dos dois diferentes mecanismos, integrada na coordenação efetuada pelo Governo Regional.

4.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 (ONU) é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abordam várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, onde cada qual tem o seu papel.

Pela missão acometida à SDPS, estes objetivos inserem-se nas suas atribuições, esquematicamente representados da seguinte forma:



Fonte: www.imvf.org

5. COVID-19 IMPACTOS E INTERVENÇÕES

A COVID-19 transformou o mundo e trouxe profundas mudanças no mercado de trabalho, nos modelos de negócio e na organização e gestão das empresas, para além de um impacto socioeconómico catastrófico para os cidadãos.

É fulcral assegurar a necessária revitalização da economia, recolocar a região na trajetória de crescimento e aumentar a competitividade e desenvolvimento sustentável das empresas. Para efetivar a revitalização, devemos garantir que todos os setores de atividade desenvolvem a sua função de forma segura.

De realçar que, segundo a Organização Mundial da Saúde, um dos seis critérios a ter em conta no levantamento das medidas restritivas, impostas no âmbito da COVID-19, é a existência de medidas preventivas nos locais de trabalho.

Na SDPS continuaremos a reforçar as medidas já adotadas em 2020 e 2021, nomeadamente na monitorização da adaptação dos serviços, de forma a minimizar os riscos associados à COVID-19.

Neste âmbito, monitorizaremos a implementação do plano de prevenção de riscos biológicos, a limpeza e a desinfeção de todos os empreendimentos.

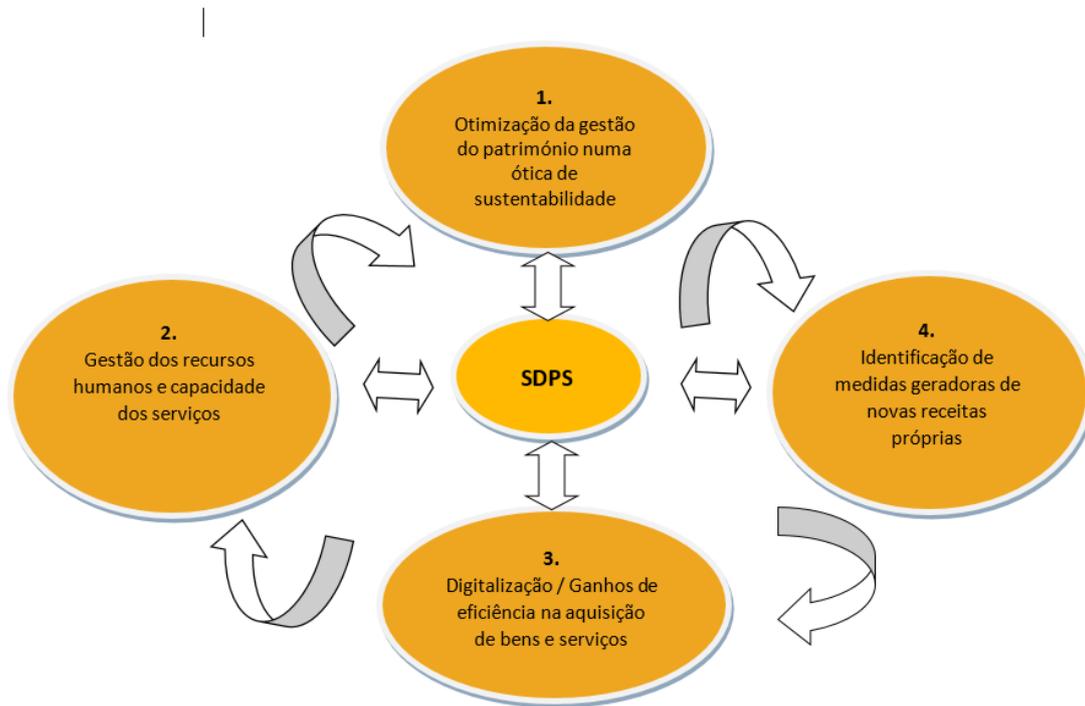
Para a SDPS é fundamental e prioritário apostar na proteção dos seus colaboradores através do reforço da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelo que continuaremos com a prestação de serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

No que concerne às diversas concessões e arrendamentos, acompanharemos os incentivos extraordinários concedidos por orientações do acionista, adaptados a cada uma das realidades, no sentido de normalizar o funcionamento dos espaços e garantir a permanência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, salvaguardando os rendimentos das famílias portosantenses.

6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / MEDIDAS A DESENVOLVER EM 2022

A SDPS dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro ao cumprimento dos objetivos estratégicos.

6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Fonte: SDPS

6.2. PRINCIPAIS MEDIDAS A IMPLEMENTAR

OE1 – OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO, INCLUINDO INFRAESTRUTURAS NUMA ÓTICA DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

1. Regularização patrimonial da Sociedade, incluindo as benfeitorias e a celebração de contratos de concessão das áreas ocupadas em Domínio Público Marítimo, e reabilitação de alguns empreendimentos, de modo a permitir a sua eficaz rentabilização, com impactos na receita e, conseqüente autonomia financeira;
2. Atualização do valor do património da sociedade e a atualização de um cadastro que permita, em qualquer momento, tomar decisões consonantes com a estratégia dos acionistas;

3. Monitorização da adaptação das infraestruturas e equipamentos às regras COVID-19 e ao acesso a pessoas portadoras de mobilidade reduzida;
4. Implementação de programas e medidas de gestão do risco, com benefícios para a sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de Governo, designadamente nas áreas energéticas, aproveitamento das águas de rega e da substituição de viaturas para a redução da pegada ecológica, tendendo para emissões zero e à preservação da identidade da ilha do Porto Santo como *Small free Island*;
5. Desenvolvimento de modelos de gestão partilhada das áreas de atuação da SDPS;
6. Implementação e monitorização dos planos anuais, nomeadamente de obras de manutenção, com partilha de custos na ótica do utilizador / pagador em áreas da sociedade, mas com gestão pelas autarquias;
7. Monitorização das concessões de espaços, indicando gestor de contrato para as concessões anteriores à existência desta figura;
8. Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo.

OE2 – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS E CAPACIDADE DOS SERVIÇOS ATRAVÉS DE REALOCAÇÃO INTERNA E RECEÇÃO DE PESSOAL DO IEM

1. Otimização dos recursos humanos, através do desenvolvimento e definição de competências polivalentes, motivando e adaptando os trabalhadores às unidades e empreendimentos que melhor se enquadrem nas respostas às suas problemáticas, com evidentes benefícios na eficiência e eficácia da organização e com reflexo positivo na organização;
2. Definição e implementação de normas e procedimentos internos tendo em vista o aumento da eficiência dos serviços, com benefícios operacionais e financeiros, libertando recursos para tarefas que se revelem adequadas à melhoria da performance financeira da sociedade e ao aperfeiçoamento das relações com os *stakeholders*;
3. Prestação atempada de informação clara e sucinta permitindo a tomada de decisões de forma mais célere e eficaz. Desta forma, pretende-se rever as minutas de relatórios a serem elaborados pelos responsáveis pelas unidades e empreendimentos, por forma a permitir um acompanhamento permanente da

atividade da sociedade e a tomada de decisões em consonância com a estratégia definida pelos acionistas;

4. Continuação da elaboração do contrato coletivo de trabalho, ou instrumento de regulamentação coletiva de trabalho equivalente para os trabalhadores das Sociedades de Desenvolvimento, com vínculo jurídico laboral de contrato Individual de trabalho⁸;
5. Continuidade de um plano de recursos humanos para a substituição das saídas, designadamente a consolidação de mobilidades, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços, quando tal se revele necessário;
6. Implementação do plano de formação profissional, com destaque para as seguintes ações:
 - Administração de sistemas;
 - Artesanato tradicional;
 - Assistência de som e vídeo;
 - Atendimento ao Público e protocolo;
 - Cobrança de dívidas e contencioso;
 - Contabilidade orçamental e analítica;
 - Contratação Pública;
 - Gestão de Contratos;
 - Higiene e Segurança no Trabalho;
 - Informática na ótica do utilizador (word, ppt, excel e correio eletrónico)
 - Legislação Laboral;
 - Liderança e Gestão de Stress;
 - Línguas Estrangeiras numa vertente prática de atendimento ao público;
 - Recursos Humanos;
 - Regime Geral de Proteção de Dados;
 - SIAG;
 - Técnicas de marketing e vendas.

Poderá, ainda, ser apoiada a formação individual, analisada casuisticamente com interesse para o trabalhador e para a empresa.

⁸ Artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho.

7. Implementação dos serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa;
8. Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
9. Receção de desempregados colocados pelo IEM – Instituto de Emprego da Madeira, sempre que tal se manifeste do interesse das partes;
10. Incentivo ao autodesenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

OE3 – DIGITALIZAÇÃO / GANHOS DE EFICIÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

1. Negociação, através de agrupamento de empresas, dos contratos de uso comum (higiene e limpeza, digitalização, arquivo, comunicações, entre e outras aquisições de bens e serviços), com ganhos de escala.
2. Como empresa de interesse público, a SDPS, S.A. é responsável pela eficiência da comunicação intra e extraempresa pelo que para a melhoria da *governance* e do interface com os diferentes parceiros, estão previstas as seguintes ações:
 - a. Promoção da utilização de recursos e da agilização dos fluxos de informação, associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os parceiros, contribuindo a implementação do sistema de gestão documental, digitalização da documentação através da plataforma eletrónica e redução do papel;
 - b. Continuar a insistir na melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente as resultantes do SNC-AP e S₃CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, cálculo de juros de mora nas faturas geradas pelo SIAG;
 - c. Implementação da contabilidade analítica;
 - d. Implementação da fatura eletrónica.

OE4 – IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE NOVAS RECEITAS PRÓPRIAS

1. Negociação das condições de utilização dos espaços da Sociedade que atualmente não apresentam retorno financeiro;
2. Abertura à concorrência para a exploração dos espaços devolutos. Além disso será dada continuidade ao estabelecimento de parcerias que permitirão aumentar a afluência aos espaços da sociedade, bem como à promoção de eventos, atividades que terão impacto no aumento da receita.
3. Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para a Sociedade, em especial nas áreas objeto de concorrência;
4. Propostas para o estabelecimento de parcerias, envolvendo o município na parte em que seja viável a complementaridade das funções e áreas de atuação;
5. Propostas de preçários, numa ótica custo/benefício, sem descurar a componente de interesse público;
6. Aprovação e implementação de medidas tendentes à redução/eliminação de créditos incobráveis;
7. Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para a atratividade da utilização dos equipamentos e infraestruturas, em especial das menos apetecíveis e mais penalizadas com a pandemia;
8. Participação em feiras e eventos internacionais, em parceria com a APMadeira, publicidade em revistas da especialidade nacionais e internacionais para promoção do Campo de Golfe do Porto Santo, Complexo de Ténis, Centro Hípico e Centro de Congressos do Porto Santo;
9. Desenvolvimento de parcerias com os hoteleiros e empresas de animação turística de modo a dinamizar as infraestruturas e a prestação de serviços;
10. Iniciativas a desenvolver na implementação do Plano de Atividades, dinamizadas pelos Coordenadores dos Empreendimentos.

6.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES – EMPREENDIMENTOS

O plano de atividades traçado visa adequar e otimizar os recursos existentes aos serviços prestados nos empreendimentos, potenciando ao máximo a receita, numa perspetiva de alcançar um maior equilíbrio orçamental.

Para o efeito, apostar-se-á numa comunicação com o exterior mais versátil e, particularmente, mais ágil, num cenário mais integrado e mais uniformizado, pensado para o cliente, com o objetivo de garantir a captação de novos negócios.

Adicionalmente, e como corolário dos objetivos traçados, desenvolver-se-á um conjunto de atividades que permitirão a dinamização das infraestruturas da SDPS, nomeadamente:

6.3.1. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO



- Exponenciar uma dinâmica na promoção dos espaços e serviços do Centro Cultural e de Congressos (CCCPS);
- Aposta na renovação da imagem do CCCPS nos meios de promoção conjunta do destino “Porto Santo/Madeira”, na área de congressos e incentivos;
- Reforçar as parcerias com as entidades culturais, locais e regionais, para a produção de maior número de eventos;

- Dinamização cultural de forma a promover a essência dos costumes e tradições da ilha, em diversos âmbitos, tais como a dança, o teatro e o cinema, direcionado para as diferentes faixas etárias;
- Garantir uma maior rentabilização dos espaços disponíveis, angariando novos serviços para o edifício.

6.3.2. CAMPO DE GOLFE



- Continuar a aposta da parceria com operadores estrangeiros nomeadamente, com a operação Escandinávia (Dinamarca e Suécia);
- Reforçar o protocolo com a AP Madeira para promoção do Porto Santo Golfe;
- Participação do PSG em eventos e feiras de golfe, com o intuito de promoção do PSG e novas parcerias com OT's;
- Preparação da construção de 9 buracos adicionais;
- Reforçar o desenvolvimento e promoção de torneios em parceria com empresas, clubes e associações;
- Organização de torneios, nomeadamente o Torneio de Golfe “Colombo’s Golf Trophy”;

- Investir na divulgação e promoção do PSG através do site e das redes sociais, visitas virtuais a 360º graus;
- Promover visitas de cortesia com turistas/residentes de grupos organizados por entidades sem fins lucrativos, camaras municipais, juntas de freguesia, casas do povo, etc.;
- Aposta mais significativa na formação aos jovens locais, em parceria com escolas de modo a incentivar a prática desportiva, com a celebração de protocolo com as escolas.
- Apostar em formação a residentes, como forma de angariar potenciais associados do PSG.

6.3.3. COMPLEXO DE CAMPOS DE TÊNIS DO PORTO SANTO



- Reabilitação integral do empreendimento, de acordo com o projeto apresentado com a criação de mais 2 campos de padel, criação de zona infantil e recuperação de todos os campos de ténis e *clubhouse*.
- Reforçar a promoção do Complexo com o intuito de captar novos praticantes das modalidades de ténis e de padel;
- Promover o ténis e o padel como atividades complementares aos associados, através de um contacto mais próximo com a população e todos os clubes desportivos locais e regionais;

- Criação de atividades complementares à modalidade de ténis;
- Realização de eventos para divulgação dos serviços e angariação de novos clientes;
- Institucionalizar um torneio de verão de ténis e de padel, em parceria com a Associação de Ténis da Madeira, promovendo a relação dos praticantes locais e dos visitantes;
- Apostar nas vendas de produtos e serviços do CTPS aos operadores turísticos;
- Dinamizar o espaço com a vertente de bem-estar e saúde em parcerias.

6.3.4. CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO



- Continuação da reabilitação do Centro Hípico do Porto Santo, com a preservação do meio ambiente, da espécie equina do Porto Santo em vias de extinção e da promoção do desenvolvimento sustentável;
- Implementar um **Programa de Hipoterapia e Equitação Terapêutica (PHET)** de abordagem interdisciplinar - saúde, educação e equitação - dirigido a crianças, jovens e adultos com deficiência, necessidades educativas especiais ou em risco de exclusão, que tem como objetivos:
 - Enriquecer a oferta terapêutica, pedagógica e de inclusão, disponível no Porto Santo;

- Promover a igualdade de oportunidades dos públicos-alvo e suas Famílias, no acesso a respostas terapêuticas e pedagógicas de reabilitação, facultando uma frequência gratuita do Programa PHET;
- Contribuir para a inclusão social dos públicos-alvo e suas Famílias, através do alcançar dos objetivos de desenvolvimento biopsicossociais definidos, e consequente atenuação dos deficits cognitivos, psico-motores e relacionais, construção de uma autoimagem e autoestima individual e familiar positivas, capacitações de suporte à melhoria da qualidade das interações com as comunidades envolventes, de participação nos contextos sociais de enquadramento - família, vizinhos, escola, instituições - e de formulação de expetativas realistas e favoráveis face ao futuro;
- Promover o **Ensino e Prática de Equitação** envolvendo toda a população escolar do Porto Santo e a população em geral e turística, proporcionando aulas de volteio, aulas de sela, para além da realização de passeios e “Workshops Equestres”;
- **Turismo Equestre:**
 - A Ilha do Porto Santo, com a sua orografia, beleza e clima privilegiados reúne condições e potencialidades exclusivas deste tipo de turismo. De entre os vários trilhos e caminhos existentes, serão selecionados alguns trajetos com partida do Centro Hípico, os quais para além de passarem por locais de rara beleza sejam adequados a esta prática por não apresentarem dificuldades especiais nem para a cavaleiro nem para o cavalo;
- Criar, em parceria com entidades associativas da Ilha do Porto Santo, um espaço destinado à **agricultura sustentável** com aproveitamento da compostagem do estrume dos cavalos e dos resíduos vegetais que resultem do tratamento e limpeza das plantas existentes nas áreas exteriores do empreendimento. Essa área agrícola deve focar-se o mais possível na produção de produtos ligados à agricultura tradicional do Porto Santo e servir de incentivo ao crescimento sustentável da agricultura local. Serão promovidas, em conjunto com as associações, escolas e demais organizações sociais, ações de sensibilização dos jovens e população em geral para a importância do tema;
- Complementar a **oferta com serviços na área da restauração:**
 - A existência de um bar/restaurante temático com vista para o picadeiro interior constitui um atrativo adicional para os clientes em geral, onde também se irão

promover diferentes eventos como encontros, colóquios e outras atividades que tenham como temática, o cavalo e a equitação.

6.3.5. CONCESSÕES

- Lançamento de procedimentos de concurso para os espaços disponíveis;
- Promover a exploração própria com serviços essenciais, maior assistência técnica e acompanhamento dos espaços, assegurando uma melhor imagem dos estabelecimentos aos investidores dos espaços;
- Monitorização dos processos de concessão;
- Intervenção no espaço público do mercado do Porto Santo.

7. PLANO DE INVESTIMENTOS

7.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2022

A SDPS necessita de efetuar intervenções de reabilitação, manutenção e reposição de equipamentos nas suas infraestruturas e equipamentos.

A maioria das infraestruturas e grandes equipamentos da SDPS localizados no Porto Santo foram adquiridas e construídas no período de 2003 - 2008.

Devido ao desgaste pela utilização ao longo dos anos, possuem problemas e anomalias que necessitam de intervenções, de modo a repor as condições normais de operacionalidade, a segurança de pessoas e bens, e sempre que possível, ambientalmente sustentáveis.

Urge a necessidade de desenvolver estudos e projetos para as referidas manutenções, e que servem simultaneamente para habilitar o acionista à tomada de decisão.

Estão em curso os seguintes estudos e os projetos conducentes à concretização das empreitadas na ilha do Porto Santo:

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS



Recuperação do edifício e suas valências (auditório) e melhoria das infraestruturas e equipamentos em cumprimento da legislação em vigor em termos de segurança, de modo a garantir as condições essenciais das Medidas de Autoproteção, através da manutenção preventiva dos equipamentos e infraestruturas de Segurança e Emergência, assim como, de outros sistemas essenciais para o funcionamento diário do empreendimento.

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HÍPICO DO PORTO SANTO



Continuação da empreitada de execução do projeto de revitalização da infraestruturas, equipamentos e zonas exteriores do empreendimento.

De uma forma generalizada a intervenção de remodelação e beneficiação passa pelos seguintes vetores:

1. Exterior do edificado

- a) Substituição da cobertura
- b) Reparações e adaptação de situações de pormenor e a beneficiação conforme necessidades decorrentes das funcionalidades.
- c) Revitalização da imagem do edificado com recomposição parcial dos alpendres com novos pilares e vigas em madeira, mantendo os paramentos exteriores renovados.
- d) Reparação de portas em madeira e caixilharias em madeira e introdução de novos caixilhos em alumínio termo lacado para a zona de bar
- e) Reparação generalizada de todas as paredes exteriores, com correção de fissuras e patologias localizadas e aplicação de revestimento exterior, pinturas e remates.

2. Interior do edificado

- a) Reparações e adaptações de divisórias para dotar os espaços de melhores condições, criação de novas instalações sanitárias e vestiários do bar;
- b) Revitalização do picadeiro interior;
- c) Execução de novos sanitários para pessoas com mobilidade condicionada;
- d) Reparação de todas as serralharias e carpintarias;
- e) Renovação generalizada de revestimentos de paredes, tetos e pavimentos;
- f) Introdução de novas redes e infraestruturas.

3. Áreas exteriores

- a) Criação de nova esplanada e acessos para pessoas com mobilidade reduzida;
- b) Adaptação de área existente para parque de estacionamento;
- c) Revitalização da pista de corridas e do picadeiro exterior delimitado com prumos de madeira;
- d) Construção de nova plateia em estrutura de madeira.

REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE TÊNIS - COMPLEXO CAMPO TÊNIS



Início da empreitada de execução do projeto de revitalização das infraestruturas e equipamentos do empreendimento.

De uma forma generalizada a intervenção de remodelação e beneficiação passa pelos seguintes vetores:

1. Exterior:

- a) Substituição de todas as caleiras de caleiras de pavimento;
- b) Substituição de todas vedações desportiva dos campos;
- c) Recuperação da bancada;
- d) Recuperação dos pavimentos dos campos de ténis, com a substituição integral do campo principal e bate bolas, nos restantes 4 campos substituição das camadas de desgaste e corrigidas pendentes;
- e) Desativação do campo de ténis nº6 e construção de dois novos campos de padel, cumprindo com todas as normas regulamentares da modalidade;
- f) Uniformização das características dos dois campos de padel existentes;
- g) Substituição de todo o equipamento desportivo;
- h) Recuperação/substituição de revestimentos de paredes, pavimentos danificados;
- i) Recuperação do espaço desativo de Madeira Ball, para a criação de espaço infantil com jogos didáticos no pavimento;
- j) Inclusão mobiliário urbano;

2. Edifício:

- a) Recuperação da varanda existente;
- b) Tratamento de fachadas em madeira;
- c) Verificação de existência de infiltrações;
- d) Recuperação/substituição de revestimentos de paredes, pavimentos danificados;
- e) Pintura integral;
- f) Separação de redes de abastecimento de águas e instalações elétricas;
- g) Águas quentes sanitárias.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS E CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

Plano de alteração da Eficiência Energética a implementar nos empreendimentos do Centro Cultural e de Congressos e Campo de Golfe do Porto Santo consistirá na otimização dos sistemas de iluminação, implementação de um sistema de gestão de energia e instalação de um sistema fotovoltaico.

REDE VIÁRIA E LOTEAMENTO - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

Trabalhos de limpeza e encaminhamento das águas pluviais do empreendimento.

TRABALHOS NAS DIVERSAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO DA SDPS

Trabalhos diversos de construção, manutenção e conservação de infraestruturas, equipamentos e zonas exteriores dos vários empreendimentos da SDPS;

EQUIPAMENTO BÁSICO:

Com o objetivo de disponibilizar aos *Stakeholders* da SDPS e aos utilizadores de instalações e equipamentos desta Sociedade, em condições de segurança e de acordo com as normas legais em vigor, prevendo-se a aquisição de equipamentos essenciais ao licenciamento das respetivas atividades.

EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA:

Prevê-se a aquisição de hardware e software informático, de modo a atualizar o parque informático dos vários empreendimentos e promover a transição digital e governo eletrónico.

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO:

Prevê-se a aquisição de equipamentos administrativos para a renovação / substituição dos equipamentos existentes

Os investimentos para 2022 ascenderão a 440.400€ e serão financiados por receitas próprias (42 %), celebração de contratos programa com financiamento do Fundo de Coesão Nacional (11 %) e financiamento no âmbito do programa REACT (47 %), sem prejuízo deste montante vir a ser reforçado através do Saldo de gerência do ano anterior (2021) para fazer face às empreitadas em curso.

O Plano de investimentos está elencado no quadro 1 - Plano de Investimento 2022 por fonte de financiamento e no mapa anexo IV – Plano de investimentos.

QUADRO 1 – PLANO DE INVESTIMENTOS 2022 – POR FONTE DE FINANCIAMENTO

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL 2022	%
391 - Lei de Meios	0	0%
392 - Fundo de Coesão Nacional	50 000	11%
381 - RG não afetas a projetos cofinanciados	0	0%
513 - RP do ano - Com outras origens	183 000	42%
486 – REACT	207 400	47%
712 - No sistema bancário externo	0	0%
INVESTIMENTO APROVADO PARA O ANO DE 2022	440 400	100%

Fonte: SDPS/UGF

7.2. INVESTIMENTOS PLURIANUAIS

Como principais investimentos plurianuais refira-se que a maior parte das ações iniciadas em 2022, transitarão para anos seguintes. Destas, destaque para a reabilitação das diversas infraestruturas e equipamento da SDPS.

A calendarização e a assunção dos encargos com os investimentos dependerão de vários fatores, a definir pelo acionista, nomeadamente:

- Fontes de financiamento;

- Urgência e criticidade dos empreendimentos a reabilitar, de acordo com as orientações de gestão emanadas pelo acionista.

Acresce mencionar como investimento plurianual não acarretam encargos para a SDPS, a Empreitada de Reabilitação do Edifício Baiana⁹, com a preservação das três covas de pão (silos para armazenamento de cereais), encontradas no decurso da obra;

8. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO

A SDPS integra o SERAM – Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira e tem por objeto a prestação de serviços de interesse público, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas derivadas da sua atividade.

Com a reclassificação, a SDPS passou a estar equiparada aos serviços e fundos autónomos. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, sujeitando-a a adaptar-se a novos procedimentos de natureza legal, administrativa e contabilística, nomeadamente:

- Cumprimento integral dos limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- Cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- Obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- Obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros em contas abertas no IGCP.

Sendo a SDPS é uma empresa pública reclassificada, o seu orçamento na ótica da contabilidade orçamental¹⁰ integrará o orçamento da RAM e o PIDDAR - Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para 2022.

O orçamento da SDPS para o ano 2022, elaborado na ótica da contabilidade pública, ascende a cerca de 5,2M€, apresentando uma redução de 44,1% face ao orçamento retificado do ano 2021.

⁹ Contrato de concessão para construção, reabilitação e exploração.

¹⁰ Documento anexo ao Plano de Atividades e Orçamento 2022

QUADRO 2 - RESUMO DA ORÇAMENTO

RESUMO DO ORÇAMENTO				
Rubrica	2021 <i>Retificado a 30.09.2021</i>	2022	Variação 2021/2022	
			Unidade: euros	
			€	%
Receitas Correntes	1 292 764	1 379 963	87 199	6,7%
Receitas de Capital	4 276 898	3 891 149	-385 749	-9,0%
Outras Receitas	3 865 937	0	-3 865 937	-100,0%
Receita Total	9 435 599	5 271 112	-4 164 487	-44,1%
Despesas Correntes	2 753 523	1 930 712	-822 811	-29,9%
Despesas de Capital	6 682 076	3 340 400	-3 341 676	-50,0%
Despesa Total	9 435 599	5 271 112	-4 164 487	-44,1%

Fonte: SDPS

Para a redução observada, salienta-se a diminuição das receitas de capital, com reflexos nas despesas da mesma natureza.

No que concerne às receitas correntes prevê-se um aumento motivado pelo aumento da receita.

Relativamente ao decréscimo observado em outras receitas, o mesmo resulta do Saldo da Gerência Anterior, que só é inscrito no orçamento após encerramento das contas anuais.

8.1. RECEITA

O orçamento da receita para o ano 2022 apresenta uma redução de aproximadamente 4,2 M€, conforme se pode observar no quadro abaixo.

QUADRO 3 – RESUMO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Rubrica	2021 <i>Retificado a 30.09.2021</i>	2022	Variação 2021/2022	
			Unidade: euros	
			€	%
Receitas Correntes				
Transferências correntes	151 520	0	-151 520	-100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 125 244	1 348 963	223 719	19,9%
Outras Receitas Correntes	16 000	31 000	15 000	93,8%
Subtotal	1 292 764	1 379 963	87 199	6,7%
Receitas de Capital				
Transferências de Capital	238 796	257 400	18 604	7,8%
Ativos Financeiros	4 038 102	3 633 749	-404 353	-10,0%
Subtotal	4 276 898	3 891 149	-385 749	-9,0%
Outras Receitas				
Saldo da Gerência Anterior	3 865 937	0	-3 865 937	-100,0%
Subtotal	3 865 937	0	-3 865 937	-100,0%
Receita Total	9 435 599	5 271 112	-4 164 487	-44,1%

Fonte: SDPS

Para a redução observada salienta-se os contributos da receita de capital, que decresce cerca de 9%. De referir que os ativos financeiros decrescem 0,4 M€, que corresponde a um decréscimo de 10%.

O aumento de 6,7% da receita corrente resulta do acréscimo da Venda de Bens e Serviços Correntes, bem como das outras receitas correntes.

A justificação para a redução da rubrica Saldo da Gerência Anterior já foi apresentada no ponto anterior.

No quadro 4 podemos observar o orçamento da receita por fonte de financiamento.

QUADRO 4 - RESUMO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Fonte de Financiamento	2021 <i>Retificado a 30.09.2021</i>	2022	Variação 2021/2022	
			€	%
RG não afetas a projetos cofinanciados	1 138 102	0	-1 138 102	-100,0%
RI não afetas a projetos cofinanciados	0	733 749	733 749	100,0%
Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados	326 623	0	-326 623	-100,0%
Fundo de Coesão Nacional	141 196	50 000	-91 196	-64,6%
RP do Ano - Com outras Origens	1 141 244	1 379 963	238 719	20,9%
Saldos de RP transitados com outras origens	3 539 314	0	-3 539 314	-100,0%
Receitas Gerais - Jogos Sociais	0	0	0	0,0%
Lei de Meios	0	0	0	0,0%
REACT	0	207 400	207 400	100,0%
No sistema Bancário Externo	3 149 120	2 900 000	-249 120	-7,9%
Receita Total	9 435 599	5 271 112	-4 164 487	-44,1%

Fonte: SDPS

Como se pode observar, não obstante a dependência do orçamento regional, releva-se o substancial decréscimo dessa sujeição em aproximadamente 15,24%, com a diminuição dos valores a contratualizar com o acionista Região Autónoma da Madeira.

A verba proveniente do Fundo de Coesão destina-se a financiar as empreitadas de reabilitação e prestações de serviços, para os diversos empreendimentos sob a administração da SDPS, de modo que esta possa cumprir com as suas obrigações de serviço público, com a desmaterialização dos serviços e com uma maior eficiência ambiental.

O aumento da Receita Própria e do Saldo de Gerência está explicada na análise do quadro 3.

O detalhe do orçamento da receita encontra-se explanado no quadro infra.

QUADRO 5 - ORÇAMENTO DA RECEITA

Unidade: euros

Rubrica	2021		2022		Variação 2021/2022	
	Retificado a 30.09.2021		€	Peso (%)	€	%
	€	Peso (%)				
Receitas Correntes						
Transferências correntes	151 520	1,6%	0	0,0%	-151 520	-100,0%
Administração regional	151 520	1,6%	0	0,0%	-151 520	-100,0%
Região Autónoma da Madeira	151 520	1,6%	0	0,0%	-151 520	-100,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 125 244	11,9%	1 348 963	25,6%	223 719	19,9%
Venda de bens	50 301	0,5%	60 000	1,1%	9 699	19,3%
Mercadorias	50 301	0,5%	60 000	1,1%	9 699	19,3%
Serviços	1 074 943	11,4%	1 288 963	24,5%	214 020	19,9%
Aluguer de espaços e equipamentos	295 785	3,1%	266 794	5,1%	-28 991	-9,8%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	764 158	8,1%	1 007 169	19,1%	243 011	31,8%
Outros	15 000	0,2%	15 000	0,3%	0	0,0%
Outras receitas correntes	16 000	0,2%	31 000	0,6%	15 000	100,0%
Outras	16 000	0,2%	31 000	0,6%	15 000	93,8%
Prémios e taxas por garantias de risco e	1 000	0,0%	1 000	0,0%	0	0,0%
Outros	15 000	0,2%	30 000	0,6%	15 000	100,0%
Subtotal	1 292 764	13,7%	1 379 963	26,2%	87 199	6,7%
Receitas de Capital						
Transferências de capital	238 796	2,5%	257 400	4,9%	18 604	7,8%
Administração regional	238 796	2,5%	50 000	0,9%	-188 796	-79,06%
Região Autónoma da Madeira	238 796	2,5%	50 000	0,9%	-188 796	-79,1%
Resto do Mundo	0	0,0%	207 400	3,9%	207 400	100,0%
União Europeia - Instituições	0	0,0%	207 400	3,9%	207 400	100,0%
Ativos Financeiros	4 038 102	42,8%	3 633 749	68,9%	-404 353	-10,0%
Outros Ativos Financeiros	4 038 102	42,8%	3 633 749	68,9%	-404 353	-10,0%
Adm Públicas - Adm regional	4 038 102	42,8%	3 633 749	68,9%	-404 353	-10,0%
Saldo da gerência anterior	3 865 937	41,0%	0	0,0%	-3 865 937	-100,0%
Saldo orçamental	3 865 937	41,0%	0	0,0%	-3 865 937	-100,0%
Na posse do serviço	3 865 937	41,0%	0	0,0%	-3 865 937	-100,0%
Subtotal	8 142 835	86,3%	3 891 149	73,8%	-4 251 686	-52,2%
Receita Total	9 435 599	100,0%	5 271 112	100,0%	-4 164 487	-44,1%

Fonte: SDPS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

O valor orçamentado em 2021 foi proveniente do Contrato Programa celebrado para a compensação financeira da perda de receita/aumento da despesa, de março a junho, fruto da pandemia COVID-19. Em 2022 não está orçamentada a receção de qualquer verba desta natureza, sem prejuízo da situação ser analisada conforme a evolução da situação pandémica.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Nesta rubrica encontram-se orçamentadas as verbas relativas à venda de mercadorias comercializadas na loja do Campo de Golfe do Porto Santo, bem como os serviços prestados neste empreendimento, no Complexo de Ténis do Porto Santo, no Centro de Congressos e as rendas dos espaços concessionados e arrendados. Prevê-se, ainda, o incremento de novas receitas provenientes do Centro Hípico.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Nesta rubrica encontram-se inscritas as verbas relativas às receitas não enquadráveis nas rubricas anteriores e que são residuais.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital ascendem a 0,25 M€ e representam 4,9% do orçamento da SDPS. As verbas aqui inscritas referem-se ao financiamento dos vários projetos da SDPS inscritos no Fundo de Coesão Nacional.

ATIVOS FINANCEIROS

Os valores inscritos nesta rubrica englobam as quantias a disponibilizar ao abrigo do contrato mútuo a outorgar com o acionista Região Autónoma da Madeira para fazer face a despesas correntes na parte não coberta por receitas próprias e com o serviço da dívida.

As verbas provenientes do contrato mútuo totalizam aproximadamente 3,7M€ em 2022.

8.2. DESPESA

A redução de 4,1M€ do orçamento da despesa para o ano 2022 encontra-se evidenciada no quadro abaixo e apresenta um decréscimo global de 44,1%.

QUADRO 6 - RESUMO DA DESPESA

Unidade: euros

Rubrica	2021 <i>Retificado a 30.09.2021</i>	2022	Variação 2021/2022	
			€	%
Despesa Corrente				
Despesas com Pessoal	1 337 740	905 600	-432 140	-32,3%
Aquisição Bens e Serviços	1 268 401	799 612	-468 789	-37,0%
Juros e Outros Encargos	1 000	500	-500	-50,0%
Administração Regional	25 000	25 000	0	0,0%
Outras Despesas Correntes	121 382	200 000	78 618	64,8%
Subtotal	2 753 523	1 930 712	-822 811	-29,9%
Despesas Capital				
Aquisições Bens Capital	2 660 495	440 400	-2 220 095	-83,4%
Transferências de Capital	1 121 581	0	-1 121 581	-100,0%
Passivos Financeiros	2 900 000	2 900 000	0	0,0%
Subtotal	6 682 076	3 340 400	-3 341 676	-50,0%
Despesa Total	9 435 599	5 271 112	-4 164 487	-44,1%

Fonte: SDPS

Como se pode concluir, o ano 2022 será um ano em que existirá uma redução, quer na aquisição de bens de capital, quer nas despesas correntes.

DESPESAS COM O PESSOAL

A redução das despesas com o pessoal é fruto dos cortes orçamentais realizados aos valores previstos para regresso e respetivos vencimentos dos trabalhadores cedidos bem como à cedência de duas trabalhadoras para o Gabinete do Secretário Regional das Finanças no Porto Santo.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Prevê-se uma redução da Aquisição de Bens e Serviços para o ano de 2022 de cerca de 468 789€, que corresponde a um decréscimo de 37%.

SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida abarca os valores das amortizações dos empréstimos, registados na rubrica Passivos Financeiros, bem como a parte contratualizada para despesas correntes.

O detalhe do orçamento da despesa pode ser analisado no quadro infra.

QUADRO 7 - ORÇAMENTO DA DESPESA

Unidade: euros

Rubrica	2021		2022		Variação 2021/2022	
	Retificado a 30.09.2021					
	€	Peso (%)	€	Peso (%)	€	%
Despesas Correntes						
Despesas com o pessoal	1 337 740	14,2%	905 600	17,2%	-432 140	-32,3%
Remunerações certas e permanentes	935 689	9,9%	622 492	11,8%	-313 197	-33,5%
Órgãos sociais	46 572	0,5%	31 108	0,6%	-15 464	-33,2%
Segurança social	62 994	0,7%	43 855	0,8%	-19 139	-30,4%
Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	620 661	6,6%	397 749	7,5%	-222 912	-35,9%
Representação	22 175	0,2%	14 836	0,3%	-7 339	-33,1%
Suplementos e prémios	9 641	0,1%	6 668	0,1%	-2 973	-30,8%
Subsídio de refeição	81 380	0,9%	53 284	1,0%	-28 096	-34,5%
Subsídio de férias	46 133	0,5%	37 496	0,7%	-8 637	-18,7%
Subsídio de Natal	46 133	0,5%	37 496	0,7%	-8 637	-18,7%
Abonos variáveis ou eventuais	149 313	1,6%	104 612	2,0%	-44 701	-29,9%
Gratificações variáveis ou eventuais	4 200	0,0%	3 006	0,1%	-1 194	-28,4%
Ajudas de custo	3 000	0,0%	2 406	0,0%	-594	-19,8%
Abono para falhas	2 917	0,0%	1 949	0,0%	-968	-33,2%
Formação	2 500	0,0%	2 005	0,0%	-495	-19,8%
Subsídio de turno	8 105	0,1%	5 610	0,1%	-2 495	-30,8%
Outros abonos em numerário ou espécie	128 591	1,4%	89 636	1,7%	-38 955	-30,3%
Segurança social	252 738	2,7%	178 496	3,4%	-74 242	-29,4%
Contribuições para a segurança social	238 683	2,5%	168 815	3,2%	-69 868	-29,3%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Seguros	11 250	0,1%	7 662	0,1%	-3 588	-31,9%
Outras Despesas de Segurança Social	2 805	0,0%	2 019	0,0%	-786	-28,0%
Aquisição de bens e serviços	1 268 401	13,4%	799 612	15,2%	-468 789	-37,0%
Aquisição de bens	92 554	1,0%	88 990	1,7%	-3 564	-3,9%
Combustíveis e lubrificantes	25 000	0,3%	27 534	0,5%	2 534	10,1%
Limpeza e higiene	7 500	0,1%	6 913	0,1%	-587	-7,8%
Vestuário e artigos pessoais	5 000	0,1%	5 000	0,1%	0	0,0%
Material de escritório	5 000	0,1%	4 993	0,1%	-7	-0,1%
Prémios condecorações e ofertas	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Mercadorias para a venda	0	0,0%	25 000	0,5%	25 000	100,0%
Ferramentas e utensílios	19 020	0,2%	3 500	0,1%	-15 520	-81,6%
Livros e documentação técnica	50	0,0%	50	0,0%	0	0,0%
Outros bens	30 884	0,3%	15 900	0,3%	-14 984	-48,5%
Aquisição de serviços	1 175 847	12,5%	710 622	13,5%	-465 225	-39,6%
Encargos das instalações	238 000	2,5%	158 137	3,0%	-79 863	-33,6%
Limpeza e higiene	12 000	0,1%	1 104	0,0%	-10 896	-90,8%
Conservação de bens	204 507	2,2%	50 000	0,9%	-154 507	-75,6%
Comunicações	14 600	0,2%	12 393	0,2%	-2 207	-15,1%
Transportes	1 000	0,0%	1 000	0,0%	0	0,0%
Seguros	36 264	0,4%	37 000	0,7%	736	2,0%
Deslocações e estadas	10 000	0,1%	10 000	0,2%	0	0,0%
Estudos pareceres projectos e consultadoria	250 081	2,7%	65 500	1,2%	-184 581	-73,8%
Publicidade	57 500	0,6%	45 000	0,9%	-12 500	-21,7%
Assistência técnica	12 599	0,1%	12 216	0,2%	-383	-3,0%
Outros trabalhos especializados	314 525	3,3%	308 272	5,8%	-6 253	-2,0%
Outros serviços	24 771	0,3%	10 000	0,2%	-14 771	-59,6%
Juros e outros encargos	1 000	0,0%	500	0,0%	-500	-50,0%
Outros juros	1 000	0,0%	500	0,0%	-500	-50,0%
Outros	1 000	0,0%	500	0,0%	-500	-50,0%
Transferências correntes	25 000	0,3%	25 000	0,5%	0	0,0%
Famílias	25 000	0,3%	25 000	0,5%	0	0,0%
Outras	25 000	0,3%	25 000	0,5%	0	0,0%
Outras despesas correntes	121 382	1,3%	200 000	3,8%	78 618	64,8%
Diversas	121 382	1,3%	200 000	3,8%	78 618	64,8%
Impostos e taxas	121 382	1,3%	200 000	3,8%	78 618	64,8%
Subtotal	2 753 523	29,2%	1 930 712	20,5%	-822 811	-29,9%
Despesas de Capital						
Aquisição de bens de capital	2 660 495	28,2%	440 400	8,4%	-2 220 095	-83,4%
Investimentos	2 660 495	28,2%	440 400	8,4%	-2 220 095	-83,4%
Terrenos	15 000	0,2%	0	0,0%	-15 000	-100,0%
Construções diversas	2 468 304	26,2%	397 700	7,5%	-2 070 604	-83,9%
Material de transporte	40 000	0,4%	0	0,0%	-40 000	-100,0%
Equipamento de informática	15 750	0,2%	18 300	0,3%	2 550	16,2%
Equipamento administrativo	16 593	0,2%	6 100	0,1%	-10 493	-63,2%
Equipamento básico	104 848	1,1%	18 300	0,3%	-86 548	-82,5%
Transferências capital	1 121 581	11,9%	0	0,0%	-1 121 581	-100,0%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 121 581	11,9%	0	0,0%	-1 121 581	-100,0%
Privadas	1 121 581	11,9%	0	0,0%	-1 121 581	-100,0%
Passivos financeiros	2 900 000	30,7%	2 900 000	55,0%	0	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazos	2 900 000	30,7%	2 900 000	55,0%	0	0,0%
Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições	2 900 000	30,7%	2 900 000	55,0%	0	0,0%
Subtotal	6 682 076	70,8%	3 340 400	63,4%	-3 341 676	-50,0%
Despesa Total	9 435 599	100,0%	5 271 112	100,0%	-4 164 487	-44,1%

Fonte: SDPS

QUADRO 8 - ORÇAMENTO GLOBAL

Unidade: euros

ORÇAMENTO GLOBAL 2022		2022
Rubrica	Designação	€
	Receita Corrente	1 379 963
R1	Receita Fiscal	
R11	Impostos diretos	
R12	Impostos indiretos	
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	
R4	Rendimentos de propriedade	
R5	Transferencias correntes	
R51	Administrações Publicas	
R511	Administração Central - Estado	
R512	Administração Central - Outras Entidades	
R513	Segurança Social	
R514	Administração Regional	
R515	Administração Local	
R52	Exterior - U E	
R53	Outras	
R6	Venda de Bens e Serviços	1 348 963
R7	Outras receitas correntes	31 000
	Receita de Capital	257 400
R8	Venda de Bens de investimento	
R9	Transferencias de Capital	
R91	Administrações Publicas	
R911	Administração Central - Estado	
R912	Administração Central - Outras entidades	
R913	Segurança Social	
R914	Administração Regional	
R915	Administração Local	
R92	Exterior - EU	
R93	Outras	
R10	Outras receitas de capital	257 400
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	
	Receita efectiva (1)	1 637 363
	Receita não efectiva (2)	3 633 749
R12	Receita com ativos financeiros	3 633 749
R13	Receita com passivos financeiros	
	Receita Total (3) = (1) + (2)	5 271 112
	Despesa corrente	1 930 712
D1	Despesas com o pessoal	905 600
D11	Remunerações certas e permanentes	622 492
D12	Abonos variáveis ou eventuais	104 612
D13	Segurança Social	178 496
D2	Aquisição de bens e serviços	799 612
D3	Juros e outros encargos	500
D4	Transferencias correntes	25 000
D41	Administrações Publicas	
D411	Administração Central - Estado	
D412	Administração Central - Outras entidades	
D413	Segurança Social	
D414	Administração Regional	
D415	Administração Local	
D42	Instituições sem fins lucrativos	
D43	Familias	
D44	Outras	25 000
D5	Subsidios	
D6	Outras despesas correntes	200 000
	Despesa de capital	440 400
D7	Investimento	440 400
D8	Transferencias de Capital	0
D81	Administrações Publicas	
D811	Administração Central - Estado	
D812	Administração Central - Outras entidades	
D813	Segurança Social	
D814	Administração Regional	
D815	Administração Local	
D82	Instituições sem fins lucrativos	
D83	Familias	
D84	Outras	
D9	Outras despesas de capital	
	Despesa efectiva (4)	2 371 112
	Despesa não efectiva (5)	2 900 000
D10	Despesa com ativos financeiros	
D11	Despesa com passivos financeiros	2 900 000
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	5 271 112
	Saldo total (3) - (6)	0
	Saldo global (1) - (4)	-733 749
	Despesas primarias	2 370 612
	Saldo corrente	-550 749
	Saldo de capital	-183 000
	Saldo primario	-734 249

9. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

9.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas instáveis e incertas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes advindas da pandemia COVID – 19, a crise económica, as políticas macroeconómicas e a volatilidade sanitária dos mercados geradores de turismo, fazem com que a economia da RAM se confronte com um conjunto de desafios.

De acordo com as projeções do Banco Central Europeu¹¹, a economia da zona euro está a recuperar, sendo a retoma mais célere do que o previsto para o segundo trimestre de 2021. A procura interna deverá continuar a ser o principal fator impulsionador da recuperação, beneficiando também da esperada recuperação do rendimento disponível real e de uma diminuição da incerteza. A nível da inflação, o BCE prevê que se situe, em média, em 2,2% em 2021, impulsionada por fatores temporários em sentido ascendente. Estes incluem: uma subida da taxa de inflação dos preços dos produtos energéticos, devido a fortes efeitos de base; aumentos fortes dos custos de produção associados a perturbações da oferta; aumentos pontuais dos preços dos serviços com a flexibilização das restrições relacionadas com a COVID-19; e a inversão do corte da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na Alemanha. Com o desvanecimento gradual destes fatores a partir do início de 2022 e a diminuição dos desequilíbrios temporários entre a oferta e a procura, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá baixar para taxas de 1,7% e 1,5% em 2022 e 2023, respetivamente.

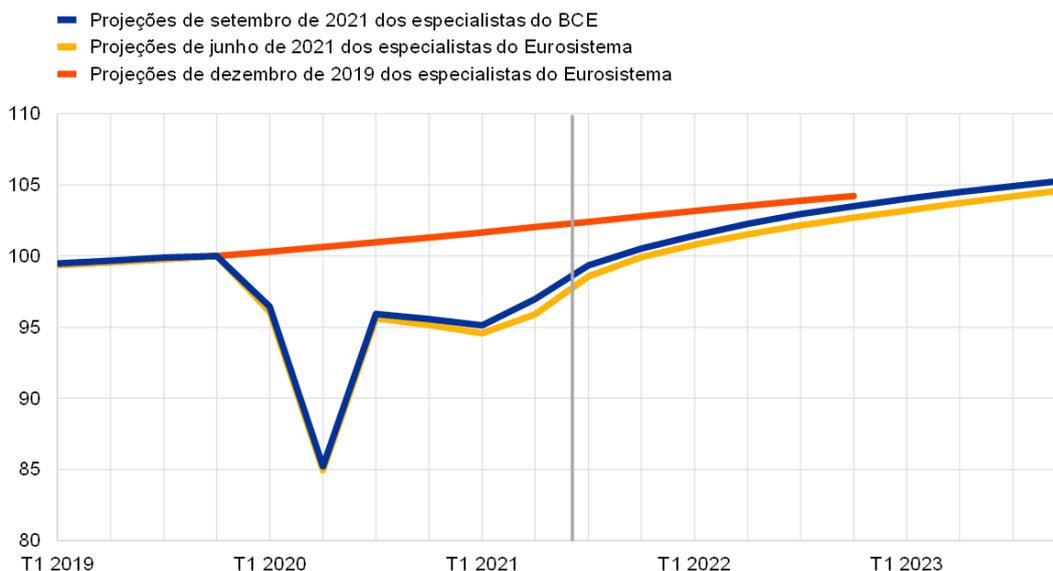
De acordo com as previsões do BCE, o crescimento real do PIB permanecerá forte em 2022, abrandando em 2023 para uma taxa mais normal. A referida previsão do PIB baseia-se em vários pressupostos:

- Levantamento total das medidas de contenção em princípios de 2022;
- Diminuição da incerteza;
- Confiança forte na sequência da resolução gradual da pandemia de COVID-19 e a retoma mundial em curso;

¹¹ https://www.ecb.europa.eu/pub/projections/html/ecb.projections202109_ecbstaff~1f59a501e2.pt.html

Espera-se ainda que o instrumento de recuperação da União Europeia designado “Next Generation EU” (NGEU) impulse o investimento em alguns países¹². Em termos globais, aquele organismo prevê que o PIB real ultrapasse o seu nível anterior à crise no quarto trimestre de 2021, conforme gráfico infra e que até ao final de 2022, atinja um nível apenas um pouco inferior ao esperado antes da pandemia.

PIB real da zona do euro¹³



(volumes encadeados, T4 2019 = 100)

Notas: Os dados são corrigidos de sazonalidade e de dias úteis. Os dados históricos podem divergir das publicações mais recentes do Eurostat, devido à divulgação de dados após a data de fecho da informação para as projeções. A linha vertical indica o início do horizonte das projeções de setembro de 2021.

Como principal fator impulsionador da recuperação, espera-se que o consumo privado registre um crescimento elevado ao longo do horizonte de projeção, ultrapassando o nível anterior à crise, já no primeiro trimestre de 2022.

As perspetivas de crescimento de algumas das principais economias avançadas foram ligeiramente revistas em alta, em comparação com as projeções de junho de 2021 avançadas pelo Banco Central Europeu. Uma redefinição do perfil de despesa pública nos Estados Unidos e um atraso na projetada recuperação no Japão levaram a algumas revisões em alta no que toca a 2022. As perspetivas de crescimento para as economias emergentes, de um modo geral, são

¹² Importância do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

¹³ Fonte do gráfico: Projeções © Banco Central Europeu, 2021, Sítio Web www.ecb.europa.eu

que o seu PIB real mundial (excluindo a zona do euro) cresça 4,5% e 3,7% em 2022 e 2023, respetivamente.

Nas previsões de outras instituições e analistas do setor privado, o PIB real em 2021 deverá situar-se em 4,3%, segundo a previsão da OCDE, e em 4,8%, no caso da Comissão Europeia e da Consensus Economics.

As projeções económicas para Portugal atualizadas a 6 de outubro de 2021 e as projeções para a Área do Euro atualizadas a 9 de setembro de 2021 pelo Banco de Portugal (BdP) encontram-se expressas na tabela infra:

Unidade: taxa de variação anual, em percentagem

		2020	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)	
Produto Interno Bruto	 Portugal		-8,4	4,8	5,6	2,4
	 Área Euro		-6,5	5,0	4,6	2,1
Índice harmonizado de preços no consumidor	 Portugal		-0,1	0,9	0,9	1,0
	 Área Euro		0,3	2,2	1,7	1,5
Consumo privado	 Portugal		-7,1	4,3	4,9	2,3
	 Área Euro		-8,0	3,6	7,0	2,0
Consumo público	 Portugal		0,4	5,2	0,4	-0,2
	 Área Euro		1,3	3,4	-1,2	0,9
Formação bruta de capital fixo	 Portugal		-2,7	5,6	8,2	5,8
	 Área Euro		-7,5	7,2	5,3	3,0

		2020	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)	
Exportações	 Portugal		-18,6	9,6	13,1	4,8
	 Área Euro		-9,3	8,9	6,7	4,0
Importações	 Portugal		-12,1	9,7	10,6	5,1
	 Área Euro		-9,2	9,0	7,0	3,8
Emprego	 Portugal		-1,9	2,6	1,3	0,4
	 Área Euro		-1,5	0,5	1,2	1,0
Taxa de desemprego	 Portugal		7,0	6,8	7,1	6,8
	 Área Euro		7,9	7,9	7,7	7,3

Fonte: <https://www.bportugal.pt/page/projecoes-economicas>

As projeções do Conselho das Finanças Públicas (CFP)¹⁴ em políticas invariantes para a economia portuguesa antecipam uma recuperação do crescimento real da economia portuguesa para 4,7% em 2021 e para 5,1% em 2022, face a uma contração de 7,6% em 2020. Esta revisão em alta resulta da incorporação do contributo da aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), dos desenvolvimentos económicos a partir do 2.º trimestre de 2021 e do levantamento das restrições à atividade económica num país com uma das mais elevadas taxas de cobertura vacinal do mundo.

O CFP estima a continuação da redução anual do desequilíbrio orçamental ao longo do horizonte de projeção, com a diminuição do défice, entre 2021 e 2023, de 4,2% do PIB para 1,6% do PIB e a sua quase estabilização nos últimos dois anos do cenário, situando-se em 1,4% do PIB em 2024 e em 1,3% em 2025.

¹⁴ <https://www.cfp.pt/uploads/publicacoes/perspetivas-economicas-e-orcamentais/perspetivas-economicas-e-orcamentais-2021-2025-atualizacao>

O rácio da dívida deverá descer ao longo de todo o horizonte de projeção, antecipando-se que atinja 114,1% do PIB em 2025, diminuindo 19,5 p.p. face ao verificado em 2020, sendo o ritmo de redução mais expressivo no primeiro biénio.

A presente projeção encerra riscos macroeconómicos e orçamentais, nomeadamente:

- O atraso nos processos de vacinação em economias parceiras ou aparecimento de novas variantes que venham a reduzir a eficácia das vacinas atualmente disponíveis, que poderão levar ao adiamento no levantamento de restrições, afetando negativamente a recuperação da economia, em particular por via do sector do turismo;
- O atraso na recuperação da economia, que poderá aumentar o risco de insolvências no tecido empresarial e, conseqüentemente, o aumento do desemprego e a diminuição no rendimento das famílias, o que associado ao elevado endividamento destas, potencia o risco de incremento do crédito malparado, em especial após o término das moratórias, com impacto nas condições de liquidez da economia;
- O elevado nível de endividamento das empresas, das famílias e das administrações públicas, o que acarretará riscos descendentes para a manutenção das condições favoráveis de financiamento da economia ao longo do horizonte de projeção.
- A execução do programa NextGenerationEU abaixo do esperado ou a possibilidade do seu impacto no PIB ficar aquém do projetado.

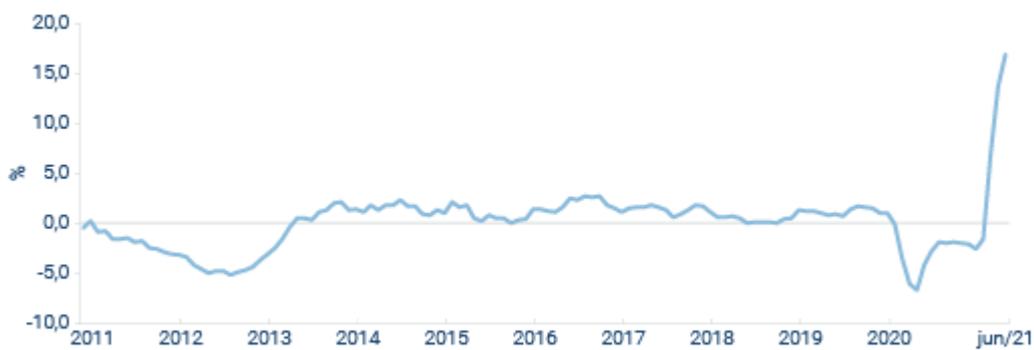
Nos riscos ascendentes, um crescimento das contribuições sociais superior ao das remunerações, uma maior elasticidade da receita fiscal face às bases de incidência, uma menor execução de investimento público suportado por financiamento nacional ou um crescimento menos intenso das prestações sociais podem traduzir-se numa evolução mais favorável do que o projetado para o saldo orçamental neste horizonte temporal. O esforço de priorização da despesa será um dos maiores desafios da gestão e das finanças públicas. Só ele permitirá – num contexto esperado de políticas orçamentais dirigidas à redução da dívida pública excessiva – obter o espaço orçamental suficiente para acomodar os custos orçamentais significativos, que se avizinham, da transição ambiental e digital (a somar aos custos do envelhecimento demográfico) e que, afinal, serão suportados pelos contribuintes. Recordamos que o PRR apenas financiará e no imediato uma (pequena) parte desses custos.

A Região Autónoma da Madeira prevê em 2022, e face ao disposto na Lei das Finanças Regionais, uma redução na transferência de verbas na ordem dos 12 milhões de euros, apesar da situação

difícil face à pandemia de COVID-19, o que vem reforçar a necessidade de alteração da referida Lei, consentânea com o princípio constitucional da coesão económica, social e territorial.

A Região Autónoma da Madeira foi uma das mais afetadas pela pandemia de COVID-19, em particular o setor do turismo, que é um dos pilares da economia regional. Apesar dos apoios e incentivos atribuídos pelo Governo Regional, há ainda empresas "fortemente descapitalizadas". O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE)¹⁵, publicado pela DREM indicia que no mês de junho de 2021, a atividade económica regional apresentava uma tendência de aceleração de crescimento económico. Recorde-se que no mês homólogo, a economia estava fortemente condicionada pelas medidas restritivas de combate à pandemia.

Indicador Regional de Atividade Económica (média móvel 3 meses)



Fonte: DREM, Síntese Mensal de Indicadores de Conjuntura – junho de 2021

O Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2022, apesar de ser elaborado num clima de alguma incerteza, resultante da pandemia e do “chumbo” do Orçamento de Estado para 2022, reforça os sinais de apoio à economia, designadamente através de suporte ao relançamento da atividade económica, assumindo-se como um instrumento para a concretização da política de sustentabilidade económica, financeira e social da Região Autónoma da Madeira, em linha com o Programa do XIII Governo Regional.

¹⁵ DREM – O IRAE tem por objetivo “sinalizar o comportamento da atividade económica, nomeadamente no que se refere à sua direção e magnitude das flutuações: se esta se encontra em terreno positivo ou negativo, as acelerações, desacelerações e a identificação de pontos de viragem”. O seu valor quantitativo, assume por isso uma importância secundária, não se apresentando o mesmo como um substituto da variação real do Produto Interno Bruto, a ser apurada com um conjunto mais variado e completo de informação estatística, muito embora haja uma forte correlação entre as duas variáveis.

As previsões da receita e da despesa orçamental para o ano de 2022 tiveram em consideração os compromissos financeiros obrigatórios, decorrentes do funcionamento e do Plano de Investimentos constante do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR), o apoio às iniciativas empresariais que mereçam enquadramento nos programas comunitários em vigor, quer sejam públicos ou privados, e bem assim o enquadramento macroeconómico vigente.

Com esta conjuntura desfavorável, a SDPS foi integrada no perímetro da administração pública regional direta, com dificuldade para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos ao longo das décadas de noventa e dois mil, para a realização de investimentos, alguns reprodutivos mas a maior parte não reprodutivos, avalizados pelo Governo Regional, e que não têm as devidas contrapartidas financeiras, dificulta a assunção da dívida financeira, sendo para tal necessária a ajuda do acionista.

Por orientações de gestão do acionista RAM, os concessionários privados¹⁶ foram isentos do pagamento da totalidade de taxas e rendas nos meses de janeiro a junho, tendo havido retoma gradual a partir de julho e até dezembro de 2021, de acordo com a prova da faturação comparativa 2019/2020.

Em termos de análise em período homólogo do ano de 2020, quer nos rendimentos, quer nos gastos, poderá a análise apresentada sofrer distorção.

Para 2022, de modo a cobrir o défice de exploração e permitir que a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo honre todos os seus compromissos e cumpra com a LCPA, prevê-se a injeção de capital para cobertura de prejuízos e a celebração de contratos programa com o Governo Regional para:

- Cobertura de prejuízos através da injeção de capital (prestações acessórias) por parte do acionista único para a cobertura dos encargos, nomeadamente com o serviço da dívida (só amortização de capital) que se vence em 2022, decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista;
- Financiamento de investimentos de interesse público geral:
 - Celebração de contratos programa através de financiamento do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios para a cobertura de grandes investimentos de

¹⁶ Resoluções n.º 137/2020, 27 de março; n.º 556/2020, de 3 de agosto; n.º 753/2020, de 13 de outubro; n.º 06/2021, de 8 de janeiro; n.º 75/2021, de 5 de fevereiro; n.º 143/2021, de 5 de março; n.º 239/2021, de 9 de abril; n.º 380/2021, de 7 de maio, n.º 554/2021, de 14 de junho, n.º 665/2021, de 16 de julho.

reabilitação adaptação de infraestruturas, conforme acima elencado no mapa de investimentos;

- Análise à transferência de património de interesse exclusivamente público para a esfera do Governo Regional, com a consignação da receita à amortização do serviço da dívida;
- Candidatura aos fundos advindos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, através do REACT-EU.

Enquadram-se, ainda neste cenário, a análise à receção de indemnizações compensatórias devidas pela disponibilização de equipamentos e infraestruturas de elevada relevância pública, mas sem qualquer contrapartida para a SDPS, e que a título de exemplo se refere a Praça do Barqueiro e o Passeio Dunar do Porto Santo, entre outros.

9.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Tendo por base todos os montantes resultantes das rendas, das licenças e das prestações de serviços diversas, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2022 no montante global de 1.441.29,62€

Não estão quantificados os montantes que resultarão da venda do imobiliário da 1.ª fase A do Golfe Resort do Porto Santo, nem da eventual alienação de terrenos para a construção da Unidade Local de Saúde do Porto Santo porque estimamos que o retorno financeiro só ocorrerá em 2022.

Note-se que face à pandemia COVID-19, os empreendimentos do Porto Santo sob gestão direta da SDPS sofreram uma redução drástica das receitas e um aumento das despesas com a implementação de medidas mitigadoras da transmissão do vírus, ao longo de 2021, em especial devido ao encerramento ao público e ao cancelamento da operação Dinamarca, só tendo sido retomada em meados de setembro de 2021.

9.3. GASTOS OPERACIONAIS

Para o ano de 2022 foram orçamentados gastos operacionais no montante de 3.035.469,25€, conforme discriminado no quadro seguinte.

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um acréscimo global, de 38% o qual deverá ser interpretado com as reservas a que se refere o ponto 9.1.

QUADRO 10 - GASTOS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2021	2022	VAR (%)
Fornecimentos e serviços externos ⁷	363 443	839 612	131%
Gastos com pessoal ⁸	936 529	1 154 503	23%
Amortizações do exercício ⁹	832 546	841 354	1%
Outros gastos operacionais	68 139	200 000	194%
GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS	2 200 657	3 035 469	38%

Fonte: SDPS

Os gastos referentes aos fornecimentos e serviços externos (FSE) foram calculados com base nos custos verificados até setembro de 2021 e englobam as várias despesas para a manutenção dos empreendimentos, água eletricidade, combustíveis, etc.

Na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” estão previstos trabalhos especializados para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer em Tribunal, com destaque para o processo movido pelo Sítio da Calheta e processos em contencioso para a receção de valores em dívida de clientes.

O previsto para o exercício de 2022 foi estimado com base no conhecimento da atual atividade da empresa e respetivos gastos, nas ações a desenvolver e tendo em conta a política de contenção de custos, que tem vindo a ser seguida.

Quanto às amortizações do exercício, estas são calculadas através do método da linha reta. Desta forma, o período de amortização considerado é, genericamente de:

- 50 anos – edifícios e outras construções;
- 7 anos – Equipamentos;
- 4 anos – viaturas.

9.4. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais previstos para 2022, no montante de previsto de 200.000,00€, integram as despesas associados a impostos, designadamente imposto de selo, juros de mora, taxas de aval associadas ao serviço da dívida, pagamento do IVA, IMI, IRC, PEC, Emolumentos, taxas de resíduos sólidos, entre outros.

10.SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida previsto para o ano 2022 é de 2.9M€, e destina-se à amortização de capital dos empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos com a banca estrangeira e principalmente destinados ao financiamento dos investimentos em ativos fixos tangíveis.

Atualmente a taxa de juro é negativa, pelo que não estão a ser pagos quaisquer montantes para gastos desta natureza.

Os encargos financeiros com o serviço da dívida a contratualizar com o Governo Regional em 2022, rondarão os 2,9M€.

De referir que está em curso, a assessoria financeira externa, contratualizada pela Vice-Presidência e Assuntos Parlamentares à AFI, com o objetivo de renegociar conjuntamente os empréstimos contratualizados junto da banca estrangeira, com maturidades até 2030 e 2031, que pese embora face à conjuntura atual, não são cobrados juros, o acionista está a ponderar assumi-los, desonerando as Sociedades de Desenvolvimento e a MPE da obrigação amortização da dívida, e cujo mapa se anexa:

QUADRO 11 - DÍVIDA/INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Depfa Bank	10 666 666,60 €
2022	1 066 666,66 €
2023	1 066 666,66 €
2024	1 066 666,66 €
2025	1 066 666,66 €
2026	1 066 666,66 €
2027	1 066 666,66 €
2028	1 066 666,66 €
2029	1 066 666,66 €
2030	1 066 666,66 €
2031	1 066 666,66 €
Deutsche Bank	16 500 000,06 €
2022	1 833 333,34 €
2023	1 833 333,34 €

2024	1 833 333,34 €
2025	1 833 333,34 €
2026	1 833 333,34 €
2027	1 833 333,34 €
2028	1 833 333,34 €
2029	1 833 333,34 €
2030	1 833 333,34 €

Fonte: SDPS

11. PLANO DE FINANCIAMENTO

Como principais fontes de financiamento estão previstas as vendas e prestações de serviços, os subsídios à exploração e as prestações acessórias por parte do acionista.

A atividade corrente desenvolvida pela SDPS ainda não gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), o que gera alguma dependência do acionista.

A agravar ainda mais a situação, a pandemia COVID-19 com o encerramento de alguns empreendimentos sob administração direta e a isenção de rendas e suspensão dos acordos de regularização de dívidas também se farão refletir ainda em 2022.

Os preços praticados, a natureza das instituições e parceiros que frequentam as instalações e a componente de dinamização sociocultural fazem com que os preços praticados sejam baixos e os custos são elevados, sem a correspondente receção de indemnizações compensatórias para algumas atividades, como já atrás mencionado.

Há a salientar dificuldades em cobrança de receitas com alguma antiguidade e que estão, na sua maior parte em processo de cobrança coerciva, cujo valor ascende a cerca de 391.294,26 €, mas de difícil concretização dada a morosidade dos processos burocráticos, a insolvência e a inexistência de bens a penhorar por parte dos devedores.

Pelo primeiro ano após a reclassificação, não se verifica a existência de pagamentos em atraso, estando a ser escrupulosamente cumprida a LCPA.

11.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

Neste sentido, e de modo a cumprir com o plano de investimentos proposto, a SDPS atenta a sua missão de serviço público recorrerá a receitas próprias e a contratos programa para fazer face ao investimento previsto, conforme expresso no ponto seguinte.

11.2. FINANCIAMENTO - PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA

Relativamente a projetos comunitários, a SDPS estará atenta às *call* comunitárias que poderão surgir ao longo do ano de 2022 com possibilidades de candidatura, as quais serão avaliadas oportunamente.

Já no que concerne a contratos programa, está prevista a celebração de um contrato que se destina a fazer face ao investimento previsto quer para 2022, quer para anos seguintes.

11.3. RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022

A SDPS apresenta como principais riscos orçamentais, com reflexos na arrecadação e cobrança de receitas e no cumprimento das responsabilidades de capital nas operações de financiamento contratadas, os seguintes:

- Diminuição das expetativas (atualmente muito incertas) relativas ao desempenho da atividade económica, o que se traduziria num risco potencial de diminuição das receitas provenientes de eventuais orientações do acionista para a isenção/redução de rendas e taxas;
- Riscos associados a condições sanitárias adversas, seja na RAM seja na área de influência dos destinos emissores de turismo para o Porto Santo, potencialmente geradora de clientes, com reflexos na receita da prestação de serviços nomeadamente no campo de Golfe do Porto Santo e no Complexo de Ténis;
- Desistência de alguns concessionários dos espaços que ocupavam espaços em área sob jurisdição da SDPS;

- Espaços vazios há alguns anos e sem qualquer interessado na sua rentabilização;
- Processo judicial movido pelo Sítio da Calheta Porto Santo – Atividades Turísticas, S.A junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal contra a SDPS;
- Acionamento da cláusula de *cross default* dos empréstimos, na totalidade com o aval da RAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 só é exequível com a cobrança efetiva das receitas, do recebimento das prestações acessórias, dos montantes dos contratos programa a celebrar no âmbito da Lei de Meios e do Fundo de Coesão Nacional e com a cobrança de receitas próprias. As principais fontes previsionais de financiamento encontram-se plasmadas no mapa infra:

QUADRO 12 - MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGEM DOS FUNDOS

		<i>Unidade: euros</i>
DESCRIÇÃO		2022
Aplicações de fundos		
1 Investimentos em capital fixo		440 400
Terrenos		
Edifícios e instalações		440 400
Equipamentos		
Moveis, utensílios e viaturas		
2 Outros investimentos		0
Estudos, projetos e fiscalização		
Formação de pessoal, investigação		
Outros gastos de investimento		
3 Reembolsos de capital		0
Empréstimos		
Suprimentos		
Redução capital social		
4 Aumento dos fundos circulantes		0
5 TOTAL DAS APLICAÇÕES		440 400
DESCRIÇÃO		2022
Origens de fundos		
7 Capital Social		0
Realização inicial		
Aumentos		
8 Créditos obtidos de terceiros e sócios		4 115 052
Créditos correntes de fornecedores		
Empréstimos		
Suprimentos		3 857 652
Contratos programa com a RAM (LM, FCN, ...)		257 400
Subsídios ao investimento - participação de fundos comunitários		
Outros créditos		
10 Diminuição dos fundos circulantes		0
11 TOTAL DE ORIGENS		4 115 052

Fonte: SDPS

11.4. DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL

Para além dos investimentos elencados, e pelo peso que assumem nos gastos com implicações em mais do que um ano económico (inscritos no SIGORAM como Encargos Plurianuais), destacam-se os seguintes:

QUADRO 13 - MAPA DE ENCARGOS PLURIANUAIS

MAPA DE ENCARGOS PLURIANUAIS		
DESCRIÇÃO	ANOS	
	Início	Fim
Aquisição de Material de Escritório para as Sociedades de Desenvolvimento	2020	2022
Aquisição de Serviços de Impressão, Cópia, Digitalização e Fax	2020	2023
Prestação de Serviços de Contabilidade para as Sociedades de Desenvolvimento	2020	2023
Aquisição de Produtos de Limpeza para as Sociedades de Desenvolvimento	2020	2022
Aquisição de serviços especializados de assessoria técnico-financeira na renogociação de três empréstimos contraídos por entidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira	2021	2022
Aquisição Serviços de Gestão Documental e Arquivo das Sociedades de Desenvolvimento	2021	2024
Prestação de Serviços para Utilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	2021	2024
Prestação de Serviços para Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas dos Empreendimentos	2021	2024
Disponibilização da Plataforma de Gestão Documental Idok	2021	2024
Prestação De Serviços Para A Realização de Funções De Fiscal Unico E Fiscal Unico Suplente	2020	2022
Aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	2021	2024
Prestação de Serviços de Programa de Monitorização Ambiental	2021	2022
Locação de Baterias Elétricas - VIATURA ZOE 56-UP-96	2020	2022
Aquisição de Serviços para Acesso a Bases de Dados e outros Conteúdos Jurídicos pela Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.	2021	2024
Fornecimento, instalação e assistência técnica do sistema de gestão do parque de estacionamento do Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo	2021	2024

Fonte: SDPS

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas orientadoras deste Plano de Atividades e Orçamento foram as seguintes:

- Orientações de gestão emanadas pelos acionistas Região Autónoma da Madeira e Município do Porto Santo, sendo a RAM representada pelo Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, nomeadamente na definição das prioridades dos investimentos que integram o PIDDAR 2021 e respetivos montantes a inscrever no orçamento de 2022;

- Cumprimento das disposições normativas/regulamentares e procedimentais associadas à reclassificação da SDPS e à sua inclusão no perímetro da administração pública como empresa reclassificada;
- Cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis às empresas.

Imperará a salvaguarda do normal funcionamento da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades e orçamento a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental, nomeadamente dos princípios que regem a elaboração e alteração do orçamento em termos da contabilidade orçamental, do cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e da contabilidade patrimonial.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da SDPS – Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. para o ano de 2022, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de dezembro de 2021, Deliberação n.º 168.

Os membros do Conselho de Administração:

A Presidente,

(Nivalda Gonçalves)

Os Vogais Executivos,

(Fátima Carvalho Correia)

(Ricardo Morna Jardim)

ANEXOS

PLANO DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO 2022



13.1. ANEXO I – BALANÇO PREVISIONAL

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA
BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	2020	2021	2022	2023	2024
ATIVO					
Ativo NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	36 467 720,51	35 686 503,76	35 285 549,51	34 444 195,26	33 602 841,01
Ativos intangíveis					
Total do Ativo não corrente	36 467 720,51	35 686 503,76	35 285 549,51	34 444 195,26	33 602 841,01
Ativo CORRENTE					
Inventários	5 615 763,44	5 591 667,32	5 553 173,72	5 514 295,18	5 475 027,86
Clientes, contribuintes e utentes	73 538,68	90 225,26	89 323,01	87 545,48	86 670,02
Estado e outros entes públicos	222 198,92	254 779,92	252 232,12	247 212,70	244 740,57
Acionistas/Socios/Associados	0,00	1 245 003,37	1 245 003,37	1 245 003,37	1 245 003,37
Outras contas a receber	10 226 945,32	10 184 013,24	10 082 173,11	9 881 537,86	10 109 180,02
Diferimentos	3 187,59	3 187,59	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos	3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84	3 865 695,41
Total do Ativo corrente	20 044 114,84	21 350 385,28	21 166 090,02	20 880 337,44	21 026 317,27
TOTAL DO ATIVO	56 511 835,35	57 036 889,04	56 451 639,53	55 324 532,70	54 629 158,28
PATRIMONIO LIQUIDO					
Património / Capital	79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Acções (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	20 487 833,23	28 475 373,70	32 333 025,70	36 200 254,22	40 077 155,02
Prémios de emissão	1,62	1,62	1,62	1,62	1,62
Resultados transitados	-77 020 909,57	-78 724 402,89	-80 285 715,55	-81 918 148,78	-83 575 225,09
Outras variações no património líquido		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-1 703 493,32	-1 561 312,66	-1 632 433,23	-1 657 076,31	-1 665 233,53
Total do Património Líquido	21 281 966,96	27 708 194,77	29 933 413,54	32 143 565,75	34 355 233,02
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Provisões	346 935,00	346 935,00	346 935,00	346 935,00	346 935,00
Financiamentos obtidos	31 116 105,12	25 183 333,33	22 283 333,33	19 383 333,33	16 483 333,33
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do passivo não corrente	31 463 040,12	25 530 268,33	22 630 268,33	19 730 268,33	16 830 268,33
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores		15 603,05	15 759,08	16 075,84	16 236,60
Adiantamentos de clientes, Contribuintes e utentes		60 375,00	60 375,00	60 375,00	60 375,00
Estado e outros entes públicos	205,42	71 729,50	68 143,03	61 499,08	58 424,13
Financiamentos obtidos	2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar	866 622,85	750 718,39	843 680,55	412 748,70	408 621,21
Total do passivo corrente	3 766 828,27	3 798 425,94	3 887 957,66	3 450 698,62	3 443 656,93
TOTAL DO PASSIVO	35 229 868,39	29 328 694,27	26 518 225,99	23 180 966,95	20 273 925,26
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVO	56 511 835,35	57 036 889,04	56 451 639,53	55 324 532,70	54 629 158,28
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2. ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2020	2021	2022	2023	2024
Vendas	25 552,72	37 578,82	60 000,00	60 600,00	61 206,00
Prestações de serviços	324 737,35	361 126,73	1 273 963,00	1 286 702,63	1 299 569,66
Transferências correntes e subsídios à exploração	399 405,00	249 120,00			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					
Variação nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-17 095,71	-24 108,97	-38 493,60	-38 878,54	-39 267,32
Fornecimentos e serviços externos	-319 189,33	-363 443,41	-839 612,00	-848 008,12	-856 488,20
Gastos com o pessoal	-974 305,04	-936 528,83	-1 154 503,00	-1 166 048,03	-1 177 708,51
Imparidades de inventários (perdas/reversões)					
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	41 893,12		16 066,62		
Provisões (aumentos/reduções)					
Outros rendimentos e ganhos	24 667,97	15 627,88	91 000,00	91 910,00	92 829,10
Outros gastos e perdas	-93 437,72	-68 138,63	-200 000,00	-202 000,00	-204 020,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-587 771,64	-728 766,41	-791 578,98	-815 722,06	-823 879,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 115 516,26	-832 546,25	-841 354,25	-841 354,25	-841 354,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1 703 287,90	-1 561 312,66	-1 632 933,23	-1 657 076,31	-1 665 233,53
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados			500,00		
Resultado antes de impostos	-1 703 287,90	-1 561 312,66	-1 632 433,23	-1 657 076,31	-1 665 233,53
Imposto sobre o rendimento	(205,42)				
Resultado líquido do período	-1 703 493,32	-1 561 312,66	-1 632 433,23	-1 657 076,31	-1 665 233,53

13.3. ANEXO III – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)		(Montantes expressos em Euros)				
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2020	2021	2022	2023	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais						
Recebimentos de clientes		433 174,62	443 324,33	1 334 865,25	1 349 080,16	1 361 651,12
Pagamentos a fornecedores		-395 489,77	-433 506,75	-916 443,17	-925 448,44	-934 862,08
Pagamentos ao pessoal		-861 309,04	-594 553,97	-1 154 503,00	-1 166 048,03	-1 177 708,51
	Caixa gerada pelas operações	-823 624,19	-584 736,39	-736 080,92	-742 416,31	-750 919,47
Outros recebimentos/pagamentos		1 685 906,99	560 005,95	881 757,03	-297 025,54	-788 127,96
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	862 282,80	-24 730,44	145 676,11	-1 039 441,85	-1 539 047,43
Fluxos de caixa das actividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Ativos fixos tangíveis		-74 669,34	-38 460,50	-440 400,00		
Ativos intangíveis						
Recebimentos provenientes de:						
Ativos fixos tangíveis					1 000 000,00	1 500 000,00
Ativos intangíveis						
Investimentos financeiros						
Outros ativos						
Subsídios ao investimento		399 405,00	249 120,00			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	324 735,66	210 659,50	-440 400,00	1 000 000,00	1 500 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos		1 926 025,13	2 793 098,63	3 157 400,00	2 900 000,00	2 900 000,00
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos		-2 900 000,00	-2 900 000,00	-2 900 000,00	-2 900 000,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares						
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-973 974,87	-106 901,37	257 400,00	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)						
		213 043,59	79 027,69	-37 323,89	-39 441,85	-39 047,43
Efeito das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 689 437,30	3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84	3 865 695,41
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA						
Caixa e seus equivalentes no início do período						
		3 689 437,30	3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 689 437,30	3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84
De execução orçamental						
		3 611 186,28	3 611 186,28	3 944 232,88	3 906 163,48	3 865 961,21
De operações de tesouraria		78 251,02	36 544,80	37 275,70	38 021,21	38 781,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período						
		3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84	3 865 695,41
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte		3 902 480,89	3 981 508,58	3 944 184,69	3 904 742,84	3 865 695,41
De execução orçamental						
		3 824 458,87	3 916 060,74	3 877 427,89	3 836 650,91	3 796 241,64
De operações de tesouraria		36 544,80	65 447,84	66 756,80	68 091,93	69 453,77

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

13.4. ANEXO IV - PLANO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE INVESTIMENTOS

PROJETO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL 2022
52218	REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA SDPS, SA	16 600
52478	MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	36 600
52479	REVITALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - CENTRO HÍPICO	30 500
52482	REDE VIÁRIA E LOTEAMENTO - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	50 000
52512	REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE TÊNIS - COMPLEXO CAMPO TÊNIS	20 000
52735	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	244 000
52736	EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	18 300
52737	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300
52738	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100
		440 400

13.5. ANEXO V - MAPAS - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO NA ÓTICA DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL 2022

PROJETOS 2022 FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52218
--------	-----	-----	-------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA SDPS, SA

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO:

ANO FIM:

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		
PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL	
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00	
	OUTRAS INICIATIVAS	0100	
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3	
	NUTS II	2	
	NUTS III	01	
	DISTRITO	RAM	
	CONCELHO	PORTO SANTO	
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional	

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

EMPREITADAS DE REABILITAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NOS DIVERSOS EMPREENDIMENTOS SOB ADMINISTRAÇÃO DA SDPS, NOMEADAMENTE NO MERCADO, CAMPOS DE TENIS, PARQUE DE CAMPISMO, CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO, ENTRE OUTROS

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52738
---------------	------------	------------	--------------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO: 2022

ANO FIM: 2024

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		

PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00
	OUTRAS INICIATIVAS	0100
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3
	NUTS II	2
	NUTS III	01
	DISTRITO	RAM
	CONCELHO	PORTO SANTO
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DOS EXISTENTES

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52478
--------	-----	-----	-------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO: 2020

ANO FIM: 2022

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		

PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00
	OUTRAS INICIATIVAS	0100
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3
	NUTS II	2
	NUTS III	01
	DISTRITO	RAM
	CONCELHO	PORTO SANTO
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

RETIFICAÇÕES FÍSICAS MAP, AVAC, EQUIPAMENTO DE CENA E ACABAMENTOS DO EDIFÍCIO

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52482
--------	-----	-----	-------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

REDE VIÁRIA E LOTEAMENTO - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO: 2020

ANO FIM: 2022

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		

PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00
	OUTRAS INICIATIVAS	0100
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3
	NUTS II	2
	NUTS III	01
	DISTRITO	RAM
	CONCELHO	PORTO SANTO
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

SUBSTITUIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS POR BOMBAS DE SUPERFÍCIE / SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS / PROJETO INTERVENÇÃO NECESSÁRIA ASSIM QUE SEJAM CONSTRUÍDAS CASAS NOS LOTES NO SOPÉ DO PICO

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52479
--------	-----	-----	-------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

REVITALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - CENTRO HÍPICO

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO:

ANO FIM:

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		
PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL	
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00	
	OUTRAS INICIATIVAS	0100	
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3	
	NUTS II	2	
	NUTS III	01	
	DISTRITO	RAM	
	CONCELHO	PORTO SANTO	
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional	

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

TRABALHOS DE RECUPERAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E ZONAS EXTERIORES PARA CONCESSÃO

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52512
--------	-----	-----	-------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE TÊNIS - COMPLEXO CAMPO TÊNIS

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO: 2020

ANO FIM: 2022

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	<input type="text" value="SREI"/>	ENTIDADE RESPONSÁVEL	<input type="text" value="SDPS"/>
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	<input type="text" value="528040100"/>	ESTATUTO	<input type="text" value="AUTONOMO"/>
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	<input type="text" value="0470"/>		

PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	<input type="text" value="NÃO APLICAVEL"/>
	COD QC (Ano do Orçamento)	<input type="text" value="00-00-00"/>
	OUTRAS INICIATIVAS	<input type="text" value="0100"/>
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	<input type="text" value="3"/>
	NUTS II	<input type="text" value="2"/>
	NUTS III	<input type="text" value="01"/>
	DISTRITO	<input type="text" value="RAM"/>
	CONCELHO	<input type="text" value="PORTO SANTO"/>
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	<input type="text" value="Regional"/>

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52736
---------------	------------	------------	--------------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO:

ANO FIM:

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		
PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL	
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00	
	OUTRAS INICIATIVAS	0100	
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3	
	NUTS II	2	
	NUTS III	01	
	DISTRITO	RAM	
	CONCELHO	PORTO SANTO	
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional	
B - CARACTERIZAÇÃO			
I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO			
EQUIPAMENTO BÁSICO - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS AO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES			

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	052	026	52737
---------------	------------	------------	--------------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

ORDENAMENTO URBANÍSTICO

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ORDENAMENTO URBANO E TERRITORIAL E DA PAISAGEM

ANO INÍCIO: 2022

ANO FIM: 2024

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		

PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00
	OUTRAS INICIATIVAS	0100
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3
	NUTS II	2
	NUTS III	01
	DISTRITO	RAM
	CONCELHO	PORTO SANTO
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE INFORMÁTICO, DE MODO A ATUALIZAR O PARQUE INFORMÁTICO SDPS E PROMOVER A TRANSIÇÃO DIGITAL E GOVERNO ELETRÓNICO.

PROJETOS 2022
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

CÓDIGO	045	013	52735
---------------	------------	------------	--------------

A - IDENTIFICAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

DESIGNAÇÃO DA MEDIDA

MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PROMOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE GASES COM EFEITO ESTUFA

DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

ENERGIA

ANO INÍCIO:

ANO FIM:

PROJETOS 2022

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

DEPARTAMENTO EXECUTOR	SREI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	SDPS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	528040100	ESTATUTO	AUTONOMO
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0470		

PROGRAMA(S) COMUNITÁRIO(S) ASSOCIADO(S)	DESIGNAÇÃO	NÃO APLICAVEL
	COD QC (Ano do Orçamento)	00-00-00
	OUTRAS INICIATIVAS	0100
REGIONALIZAÇÃO	NUTS I	3
	NUTS II	2
	NUTS III	01
	DISTRITO	RAM
	CONCELHO	PORTO SANTO
	ÁREA DE INFLUÊNCIA	Regional

B - CARACTERIZAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

PLANO DE ALTERAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO E DO CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS: - OPTIMIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO; / - IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE ENERGIA; / - INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA FOTOVOLTAICO; / - IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BATERIA DE CONDENSADORES.

13.5.1. JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2022

13.5.1.1. ANEXO I - ORÇAMENTO DA RECEITA

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 2 de 2

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM

SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA

ORGÂNICA : 528040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
057 034	06 04 02 20.02	381	0	Circular	05/ORÇ/2021	05/08/2021	INSTRUÇÕES PARA A PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO DA REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA PARA 2022 (ORAM 2022)
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			0				
052 026	10 04 02 20.02	392	50.000	Lei Orgânica	2/2013	02/09/2013	LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			50.000				
045 013	10 09 01 01.08	486	207.400	Decreto-Lei n.º	Nº 29 - B/2021	04/05/2021	REACT
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			207.400				
045 013	07 02 08 01.78	513	36.600	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
052 026	07 02 08 01.78	513	146.400	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			183.000				
TOTAL DA ORGÂNICA			440.400				
TOTAL DO SERVIÇO			5.271.112				

R_315

2021-11-25 04:11:55

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 1 de 2

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM

SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

ORGÂNICA: 521040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
052 026	11 11 05 10.00	311	733.749	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	SDPS
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			733.749				
052 026	11 11 05 10.00	381	0	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			0				
052 026	07 01 08 01.78	513	60.000	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
052 026	07 02 01 01.78	513	266.794	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
052 026	07 02 08 01.78	513	824.169	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
052 026	07 02 99 99.78	513	15.000	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
052 026	08 01 01 01.78	513	1.000	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
052 026	08 01 99 99.78	513	30.000	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			1.196.963				
052 026	11 11 05 10.00	712	2.900.000	Decreto Regional	16/99/M	18/05/1999	DEC LEG REGIONAL
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			2.900.000				
TOTAL DA ORGÂNICA			4.830.712				

ORGÂNICA: 528040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
057 033	06 04 02 20.01	381	0	Circular	05/ORÇ/2021	05/08/2021	INSTRUÇÕES PARA A PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA 2022 (ORAM 2022)

R_315

2021-11-25 04:11:55

13.5.1.2. ANEXO I - ORÇAMENTO DA DESPESA

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ORÇAMENTO DE DESPESA

2021/11/25

Pág. 1 de 5

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM
SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA
ORGÂNICA : 521040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FORTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
052	026	0470	01 01 02	00.00	122	00000.00000	311	0	24.897
052	026	0470	01 01 03	00.00	122	00000.00000	311	0	35.100
052	026	0470	01 01 04	00.00	122	00000.00000	311	0	311.537
052	026	0470	01 01 11	00.00	122	00000.00000	311	0	11.874
052	026	0470	01 01 12	00.00	122	00000.00000	311	0	5.337
052	026	0470	01 01 13	00.00	122	00000.00000	311	0	41.721
052	026	0470	01 01 14	SF.00	122	00000.00000	311	0	37.496
052	026	0470	01 01 14	SN.00	122	00000.00000	311	0	37.496
052	026	0470	01 02 01	00.00	122	00000.00000	311	0	2.406
052	026	0470	01 02 04	00.00	122	00000.00000	311	0	2.406
052	026	0470	01 02 05	00.00	122	00000.00000	311	0	1.560
052	026	0470	01 02 06	00.00	122	00000.00000	311	0	2.005
052	026	0470	01 02 11	00.00	122	00000.00000	311	0	4.490
052	026	0470	01 02 14	B0.00	122	00000.00000	311	0	72.136
052	026	0470	01 03 05	A0.A0	122	00000.00000	311	0	13.287
052	026	0470	01 03 05	A0.B0	122	00000.00000	311	0	122.673
052	026	0470	01 03 05	A0.C0	122	00000.00000	311	0	300
052	026	0470	01 03 09	00.00	122	00000.00000	311	0	5.412
052	026	0470	01 03 10	AC.00	122	00000.00000	311	0	1.616
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								0	733.749
052	026	0470	01 01 02	00.00	122	00000.00000	381	31.052	0
052	026	0470	01 01 03	00.00	122	00000.00000	381	43.777	0
052	026	0470	01 01 04	00.00	122	00000.00000	381	431.061	0
052	026	0470	01 01 11	00.00	122	00000.00000	381	14.809	0
052	026	0470	01 01 12	00.00	122	00000.00000	381	6.656	0
052	026	0470	01 01 13	00.00	122	00000.00000	381	52.036	0
052	026	0470	01 01 14	SF.00	122	00000.00000	381	46.766	0
052	026	0470	01 01 14	SN.00	122	00000.00000	381	46.766	0

R_205

2021-11-25 04:11:39

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ORÇAMENTO DE DESPESA

2021/11/25

Pág. 2 de 5

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM
SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA
ORGÂNICA : 521040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FORTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
052	026	0470	01 02 01	00.00	122	00000.00000	381	3.000	0
052	026	0470	01 02 04	00.00	122	00000.00000	381	3.000	0
052	026	0470	01 02 05	00.00	122	00000.00000	381	1.945	0
052	026	0470	01 02 06	00.00	122	00000.00000	381	2.500	0
052	026	0470	01 02 11	00.00	122	00000.00000	381	5.600	0
052	026	0470	01 02 14	B0.00	122	00000.00000	381	89.970	0
052	026	0470	01 03 05	A0.A0	122	00000.00000	381	16.572	0
052	026	0470	01 03 05	A0.B0	122	00000.00000	381	153.003	0
052	026	0470	01 03 05	A0.C0	122	00000.00000	381	374	0
052	026	0470	01 03 09	00.00	122	00000.00000	381	6.750	0
052	026	0470	01 03 10	AC.00	122	00000.00000	381	2.015	0
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								957.652	0
052	026	0470	01 01 02	00.00	122	00000.00000	513	6.211	6.211
052	026	0470	01 01 03	00.00	122	00000.00000	513	8.755	8.755
052	026	0470	01 01 04	00.00	122	00000.00000	513	86.212	86.212
052	026	0470	01 01 11	00.00	122	00000.00000	513	2.962	2.962
052	026	0470	01 01 12	00.00	122	00000.00000	513	1.331	1.331
052	026	0470	01 01 13	00.00	122	00000.00000	513	11.563	11.563
052	026	0470	01 02 01	00.00	122	00000.00000	513	600	600
052	026	0470	01 02 05	00.00	122	00000.00000	513	389	389
052	026	0470	01 02 11	00.00	122	00000.00000	513	1.120	1.120
052	026	0470	01 02 14	B0.00	122	00000.00000	513	17.500	17.500
052	026	0470	01 03 05	A0.A0	122	00000.00000	513	2.762	2.762
052	026	0470	01 03 05	A0.B0	122	00000.00000	513	29.691	29.691
052	026	0470	01 03 05	A0.C0	122	00000.00000	513	102	102
052	026	0470	01 03 09	00.00	122	00000.00000	513	2.250	2.250
052	026	0470	01 03 10	AC.00	122	00000.00000	513	403	403
052	026	0470	02 01 02	A0.00	122	00000.00000	513	10.150	10.150

R_205
2021-11-25 04:11:39

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ORÇAMENTO DE DESPESA

2021/11/25

Pág. 3 de 5

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM
SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA
ORGÂNICA : 521040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FORTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
052	026	0470	02 01 02	S0.00	122	00000.00000	513	17.384	17.384
052	026	0470	02 01 04	A0.00	122	00000.00000	513	3.500	3.500
052	026	0470	02 01 04	S0.00	122	00000.00000	513	3.413	3.413
052	026	0470	02 01 07	00.00	122	00000.00000	513	5.000	5.000
052	026	0470	02 01 08	CS.00	122	00000.00000	513	1.493	1.493
052	026	0470	02 01 08	C0.00	122	00000.00000	513	3.500	3.500
052	026	0470	02 01 15	00.00	122	00000.00000	513	100	100
052	026	0470	02 01 16	00.00	122	00000.00000	513	25.000	25.000
052	026	0470	02 01 17	00.00	122	00000.00000	513	3.500	3.500
052	026	0470	02 01 18	00.00	122	00000.00000	513	50	50
052	026	0470	02 01 21	A0.00	122	00000.00000	513	900	900
052	026	0470	02 01 21	S0.00	122	00000.00000	513	15.000	15.000
052	026	0470	02 02 01	A0.00	122	00000.00000	513	74.135	74.135
052	026	0470	02 02 01	B0.00	122	00000.00000	513	84.002	84.002
052	026	0470	02 02 02	00.00	122	00000.00000	513	1.104	1.104
052	026	0470	02 02 03	00.00	122	00000.00000	513	50.000	50.000
052	026	0470	02 02 09	A0.00	122	00000.00000	513	4.131	4.131
052	026	0470	02 02 09	D0.00	122	00000.00000	513	4.131	4.131
052	026	0470	02 02 09	E0.00	122	00000.00000	513	4.131	4.131
052	026	0470	02 02 10	Z0.00	122	00000.00000	513	1.000	1.000
052	026	0470	02 02 12	B0.00	122	00000.00000	513	37.000	37.000
052	026	0470	02 02 13	V0.00	122	00000.00000	513	10.000	10.000
052	026	0470	02 02 14	BS.00	122	00000.00000	513	30.500	30.500
052	026	0470	02 02 14	B0.00	122	00000.00000	513	15.000	15.000
052	026	0470	02 02 14	D0.00	122	00000.00000	513	20.000	20.000
052	026	0470	02 02 17	A0.00	122	00000.00000	513	3.000	3.000
052	026	0470	02 02 17	B0.A0	122	00000.00000	513	2.000	2.000
052	026	0470	02 02 17	C0.00	122	00000.00000	513	40.000	40.000
052	026	0470	02 02 19	CS.00	122	00000.00000	513	4.016	4.016

R_205

2021-11-25 04:11:39

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ORÇAMENTO DE DESPESA

2021/11/25

Pág. 4 de 5

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM
SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA
ORGÂNICA : 521040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
052	026	0470	02 02 19	C0.00	122	00000.00000	513	8.200	8.200
052	026	0470	02 02 20	CS.00	122	00000.00000	513	193.272	193.272
052	026	0470	02 02 20	C0.00	122	00000.00000	513	115.000	115.000
052	026	0470	02 02 25	00.00	122	00000.00000	513	10.000	10.000
052	026	0470	03 05 02	J0.00	122	00000.00000	513	500	500
052	026	0470	04 08 02	B0.00	122	00000.00000	513	25.000	25.000
052	026	0470	06 02 01	00.00	122	00000.00000	513	200.000	200.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								1.196.963	1.196.963
052	026	0470	10 06 03	S0.00	122	00000.00000	712	2.900.000	2.900.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								2.900.000	2.900.000
TOTAL DA ORGÂNICA								5.054.615	4.830.712
ORGÂNICA : 528040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA									

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
057	033	0470	02 01 17	00.00	000	52483.00001	381	25.000	0
057	033	0470	02 02 17	C0.00	000	52483.00001	381	25.000	0
057	034	0470	02 02 03	00.00	000	52520.00001	381	10.000	0
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								60.000	0
052	026	0470	07 01 04	00.00	000	52482.00001	392	50.000	50.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								50.000	50.000
045	013	0470	07 01 04	00.00	000	52735.00001	486	207.400	207.400
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								207.400	207.400

R_205

2021-11-25 04:11:39

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ORÇAMENTO DE DESPESA

2021/11/25

Pág. 5 de 5

ORÇAMENTO: 2022 Orçamento da RAM
SERVIÇO: 5052 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA
ORGÂNICA : 528040100 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
045	013	0470	07 01 04	00.00	000	52735.00001	513	36.600	36.600
052	026	0470	07 01 04	00.00	000	52512.00001	513	20.000	20.000
052	026	0470	07 01 04	00.00	000	52479.00001	513	30.500	30.500
052	026	0470	07 01 04	00.00	000	52218.00001	513	16.600	16.600
052	026	0470	07 01 04	00.00	000	52478.00001	513	36.600	36.600
052	026	0470	07 01 07	C0.00	000	52737.00001	513	18.300	18.300
052	026	0470	07 01 09	B0.00	000	52738.00001	513	6.100	6.100
052	026	0470	07 01 10	B0.00	000	52736.00001	513	18.300	18.300
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								183.000	183.000
TOTAL DA ORGÂNICA								500.400	440.400
TOTAL DO SERVIÇO								5.555.015	5.271.112

R_205

2021-11-25 04:11:39

13.5.1.3. ANEXO II-A - EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS DE PESSOAL

Anexo II-A

ANEXO II-A

Evolução dos movimentos de pessoal

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA

Orçamento de Estado 2022

Pág 1

Movimentos	Ocorridos entre 01/01/2020 e 31/12/2020	Ocorridos entre 01/01/2021 e 31/12/2021	Ocorridos entre 01/01/2022 e 31/12/2022
	1 de janeiro:	1 de janeiro:	1 de janeiro:
(1) Início do período:	48	48	48
(2) Entradas	0	0	0
Alteração de leis orgânicas	0	0	0
Mobilidade	0	0	0
R regresso	0	0	0
Admissões externas a serviços Adm. Central	1	0	0
Outros motivos	0	0	0
(3) Saídas	0	0	0
Alterações de leis orgânicas	0	0	0
Aposentações	0	0	0
Rescisões	0	0	0
Mobilidade	1	0	0
Requalificação	0	0	0
Outros motivos	0	0	0
	31 de dezembro:	31 de dezembro:	31 de dezembro:
(4) = (1)+(2)-(3) Fim do período:	48	48	48

Por memória :

Varição (4)-(1)	0	0	0
Varição em % (4)/(1)	0	0	0

13.5.1.4. ANEXO V - MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DAS DESPESAS DE
FUNCIONAMENTO DO ORAM 2022

ANEXO V
Memória justificativa do OE/2022

Pág. 1

DEPARTAMENTO: SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
SERVIÇO: 5052 - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO,SA

I - Proposta de Orçamento para 2022

(Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2020	OE/2021 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2022	Iniciativas 2022	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2022	Proposta orçamento 2022	Variação OE2022 face a OE2021		Variação OE2022 face a OE2020	
								Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(6)-(2)	(8)=(7)/(2)	(9)=(6)-(1)	(10)=(9)/(1)
	RECEITA										
R.01	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.02	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.03	Contribuições de Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.04	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.05	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.07	Venda de bens e serviços	476.412	1.125.244	0	0	40.719	1.165.963	40.719	4	689.551	145
R.06+10	Transferências	399.405	0	0	0	0	0	0	0	-399.405	-100
R.08+09+13+14+15	Outras receitas	20.150	16.000	0	0	15.000	31.000	15.000	94	10.850	54
R.11+12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	3.856.336	4.038.102	-180.450	0	0	3.857.652	-180.450	-4	1.316	0
R.16	Saldo da gerência anterior	3.611.186	0	0	0	0	0	0	0	-3.611.186	-100
R.99	Transferencia Receitas Gerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Receita	8.363.489	5.179.346	-180.450	0	55.719	5.054.615	-124.731	-2	-3.308.874	-40
Por FF											
	Receitas Gerais	4.293.749	1.138.102	-180.450	0	0	957.652	-180.450	-16	-3.336.097	-78
	Receitas Próprias	4.069.740	4.041.244	0	0	55.719	4.096.963	55.719	1	27.223	1
	Fundos Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transf. no âmbito das AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Receita por FF	8.363.489	5.179.346	-180.450	0	55.719	5.054.615	-124.731	-2	-3.308.874	-40
	DESPESA										
D.01	Despesas com o pessoal										
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	679.123	897.845	0	0	-107.888	789.957	-107.888	-12	110.834	16
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	115.460	140.265	0	0	-14.641	125.624	-14.641	-10	10.164	9
D.01.03	Segurança Social	172.027	243.512	0	0	-29.590	213.922	-29.590	-12	41.895	24
D.02	Aquisição de bens e serviços	384.625	736.881	62.731	0	0	799.612	62.731	9	414.987	108
D.03	Juros e outros encargos	30	1.000	0	0	-500	500	-500	-50	470	-
D.04+08	Transferências	8.920	25.000	0	0	0	25.000	0	0	16.080	180
D.05	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.07	Investimento	85.698	4.843	0	0	-4.843	0	-4.843	-100	-85.698	-100
D.06+11	Outras despesas	131.948	230.000	0	0	-30.000	200.000	-30.000	-13	68.052	52
D.09+10	Ativos/Passivos Financeiros	2.918.021	2.900.000	0	0	0	2.900.000	0	0	-18.021	-1
	Total Despesa	4.495.852	5.179.346	62.731	0	-187.462	5.054.615	-124.731	-2	558.763	12
Por FF											
	Receitas Gerais	3.965.425	1.138.102	0	0	-180.450	957.652	-180.450	-16	-3.007.773	-76

2021-12-03

ANEXO V
Memória justificativa do OE/2022

Pág. 2

DEPARTAMENTO: SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
SERVIÇO: 5052 - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, SA

I - Proposta de Orçamento para 2022

(Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2020	OE/2021 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2022	Iniciativas 2022	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2022	Proposta orçamento 2022	Variação OE2022 face a OE2021		Variação OE2022 face a OE2020	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	Valor	%	Valor	%
	Receitas Próprias	530.426	4.041.244	55.719	0	0	4.096.963	55.719	1	3.566.537	-
	Fundos Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transf. no âmbito das AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Despesa por FF	4.495.851	5.179.346	55.719	0	-180.450	5.054.615	-124.731	-2	558.764	12
R.17	EXTRAORÇAMENTAIS										
	Receitas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.12	Despesas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória											
	Receita Efetiva	4.507.153	1.141.244	0	0	55.719	1.196.963				
	Despesa Efetiva	1.577.831	2.279.346	62.731	0	-187.462	2.154.615				
	Saldo Global	2.929.322	-1.138.102	-62.731	0	243.181	-957.652				

II - Indicadores Recursos Humanos

Indicadores Recursos Humanos	OE 2021		PO 2022	
	valor	%	valor	%
PDP (Peso das despesas com Pessoal)		56		52
Despesa com pessoal media por pessoa	26.700		23.531	
Remuneração Média	18.705		16.457	

Capitulo 01 - Impostos Diretos

N/A

Capitulo 02 - Impostos Indiretos

N/A

2021-12-03

Capítulo 03 - Contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE

Pág. 3

N/A

Capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades

N/A

Capítulo 05 - Rendimentos da propriedade

N/A

Capítulo 06 - Transferências correntes

N/A

Capítulo 07 - Venda de bens e serviços correntes

ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS, RENDAS DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO

Capítulo 08 - Outras receitas correntes

VALOR PROVENIENTE DE OUTRAS RECEITAS, QUE NÃO INCLUIDAS NO CAPÍTULO 07, NOMEADAMENTE REFATURAÇÃO DE ALGUMAS DESPESAS

Capítulo 09 - Venda de bens de investimento

N/A

Capítulo 10 - Transferências de capital

N/A

Capítulo 11 - Ativos financeiros

VALOR REFERENTE A INJEÇÃO DE CAPITAL, PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS E AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.

Capítulo 12 - Passivos financeiros

N/A

2021-12-03

Capítulo 13 - Outras receitas de capital

Pág. 4

N/A

Capítulo 14 - Recursos próprios comunitários

N/A

Capítulo 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos

N/A

Capítulo 16 - Saldo da gerência anterior

N/A

Capítulo 17 - Operações extraorçamentais

N/A

Agrupamento 01 - Despesas com o pessoal

REMUNERAÇÕES E OUTROS ABONOS DO PESSOAL, INCLUI CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL UNICO

Agrupamento 02 - Aquisição de bens e serviços correntes

DESPESAS CORRENTES DE FUNCIONAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DA SOCIEDADE

Agrupamento 03 - Juros e outros encargos

JUROS DE MORA DE EVENTUAIS PAGAMENTOS ATRASADOS

Agrupamento 04 - Transferências correntes

VALORES REFERENTE A PROGRAMAS DE EMPREGO

Agrupamento 05 - Subsídios

N/A

2021-12-03

Agrupamento 06 - Outras despesas correntes

Pág. 5

IVA, IMI, IMPOSTO DE SELO E TAXAS DE AVAL

Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital

N/A

Agrupamento 08 - Transferências de capital

N/A

Agrupamento 09 - Ativos financeiros

N/A

Agrupamento 10 - Passivos financeiros

O VALOR ORÇAMENTADO REFERE-SE A AMORTIZAÇÕES DE CAPITAL DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Agrupamento 11 - Outras despesas de capital

N/A

Agrupamento 12 - Operações extraorçamentais

N/A

Saldo Global

O SALDO GLOBAL APRESENTA-SE NEGATIVO EM CERCA DE 957 MIL EUROS, O QUE RESULTA ESSENCIALMENTE DE UM AUMENTO DA RECEITA PRÓPRIA E DA REDUÇÃO DA DESPESA

Indicadores

O PESO DAS DESPESAS COM O PESSOAL TEM UM DECRESCIMO DE CERCA DE 4%

2021-12-03



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

2022

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de Agosto e do Despacho conjunto n.º 140/2016, de 8 de Abril, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.** (a Entidade) relativos ao exercício económico de 2022, que compreendem o Balanço previsional, a Demonstração de Resultados previsional e o Mapa de Fluxos de Caixa previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 9 do Plano de Atividades e Orçamento de 2022.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei no artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de Agosto e do Despacho conjunto n.º 140/2016, de 8 de Abril

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 28 de dezembro de 2021



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)